

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2024

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e seis minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Alexandra Freitas e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Alexandra Cristina Santos Freitas • Arnaldo José da Silva Teixeira • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Catarina Maria Baptista Gonçalves • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Hélio Manuel de Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • José Luís Ferreira Parreira • Marcelo Leal Pamplona • Marco Paulo Vieira Alves • Maria da Graça Rebelo Cunha • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Melissa Borges Ávila • Mónica Gomes Oliveira Rocha • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Sandra da Silva Mendes • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo • André Melo Castro • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • Carlos Henrique da Costa Neves • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • Hermínia de Jesus Fernandes Teixeira Gaspar • João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira • Luís Carlos Cota Soares • Luís Manuel Mendes Leal • Luísa da Costa Barcelos • Magda Patrícia Ferreira de Ávila • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Séfora Veríssimo Costa • Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Maurício Manuel Lima Toledo • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

O senhor presidente da Mesa deu as boas-vindas aos novos elementos que, pela primeira vez, participam na Assembleia Municipal.

A senhora deputada Alexandra Freitas assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa em substituição da senhora deputada Tânia Gil da Rocha Lemos.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 1.ª sessão ordinária do dia 16 de fevereiro de 2024 foi aprovada por maioria com seis abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente.

- Remetido à Mesa da Assembleia, o Voto de Congratulação aprovado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no âmbito do “Município mais taurino de Portugal”.
- Uma carta enviada pela esposa e filhos de João Hermínio Gonçalves Ferreira:

«Angra do Heroísmo, 27 de março de 2024.

Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Em nome da família de João Hermínio Gonçalves Ferreira, vimos expressar a nossa profunda gratidão pelo Voto de Pesar lido e aprovado em Assembleia Municipal a 16 de fevereiro de 2024. As vossas palavras ficaram a ecoar em nós e preencheram-nos de orgulho pelo homem e forçado que ele foi e ainda é, certamente. Preenche-nos a alma que ele tenha deixado legado e eleva-nos o reconhecimento destes seus feitos.

A nossa família comoveu-se com a nobreza do vosso gesto. Pela alegria e paz que este gesto nos trouxe, o nosso muito obrigado.

A esposa e filhos deste grande homem: Marta Ferreira, Luís Ferreira e Tânia Ferreira.»

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Paulo Fagundes (presidente da J. F. de Santa Bárbara) – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta minha intervenção tem a ver com uma situação que nos tem afetado a todos, a atividade sísmica vulcânica que se tem verificado com maior intensidade nas freguesias mais a oeste da ilha Terceira. Em meu nome e dos restantes presidentes das juntas de freguesia deste lado da ilha, gostaria de enaltecer o trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal ao longo dos últimos meses, em particular neste período entre sessões da Assembleia Municipal.

Temos sentido uma grande proximidade e articulação no trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. Dando alguns exemplos que nos parecem bastante meritórios, destaco a criação das unidades locais de proteção civil e a entrega dos *kit's* às juntas de freguesia que, ao longo do ano transato, preencheram um formulário bastante extenso e informativo para a criação dos núcleos. No passado recente a Câmara Municipal tem facilitado a entrega destes equipamentos a outras juntas de freguesia que, em situação de catástrofe, são a primeira linha no auxílio às populações. Congratulo-me também com a articulação com os presidentes de juntas de freguesia e o seu envolvimento nas reuniões que têm sido realizadas com a Proteção Civil Municipal e outros organismos, nomeadamente o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No sentido de combater a desinformação, e tendo em conta as sessões de esclarecimento que têm sido realizadas junto das populações das freguesias dos Altares, Serreta, Raminho e Doze Ribeiras, gostaria de saber se a Câmara Municipal continua disponível para realizar essas sessões noutras freguesias que têm também sido afetadas por esta crise sísmica que dura há quase dois anos. Sabendo que têm sido reforçados os meios de monitorização através da instalação de sismógrafos, gostaria de saber o que a Câmara tem planeado para os próximos tempos no que diz respeito a intervenções junto da população.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, caros colegas do executivo, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

Da parte da Câmara tem havido uma grande preocupação em relação a esta crise sísmica que não tem precedentes desde que temos um registo e um acompanhamento científico.

Esta crise começou no final do mês de junho de 2022, tem-se caracterizado com picos de maior libertação de energia e períodos em que as coisas ficam relativamente paradas como, felizmente, está a acontecer agora. Têm vindo a acontecer poucas ocorrências numa ou duas semanas, apenas micro sismos, depois houve um crescendo da atividade sísmica durante dois ou três dias, normalmente com um sismo mais intenso no fim dessa sequência. O sismo mais intenso registado até agora aconteceu no dia 14 de janeiro, causando alguns danos, embora não muito generalizados, mas ficamos com alguma insegurança em relação à evolução desta sequência de sismos. Até agora não apareceram quaisquer sinais que indiquem atividade vulcânica ou eruptiva.

Na sua vasta maioria, os sismos têm sido claramente causados por deformação de rochas sem uma relação direta com a intrusão magmática. Até agora não se detetaram quaisquer deformações significativas do solo nem alterações na libertação de gases e na composição das águas. Temos tido uma crise basicamente centrada na vertente sísmica sem sinais claros na vertente vulcânica, o que implica sempre um grau de preocupação e de preparação.

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara falou aqui dos núcleos. Estávamos prontos para entregar o equipamento a outras juntas de freguesia mas resolvemos interromper o processo e entregá-lo às juntas do setor oeste e noroeste do concelho. O

equipamento que se destinava à Ribeirinha foi entregue na zona oeste porque estamos a concentrar os nossos esforços neste setor da ilha, mesmo nas juntas de freguesia que não tinham ainda concluído todo o seu processo de constituição dos núcleos. Resolvemos avançar com isto mais rapidamente porque nos pareceu a atitude mais prudente. O equipamento já foi encomendado, estamos à espera de o receber e entregá-lo-emos brevemente.

Como já foi dito, foi reforçado o sistema de vigilância. A Câmara Municipal investiu cerca de setenta mil euros em estações GNSS (Global Navigation Satellite Systems) que medem uma posição no solo e detetam qualquer deformação com uma precisão de 0,1 mm. Comprámos também uma dúzia de pequenos sismógrafos que estão distribuídos em torno do vulcão de Santa Bárbara para termos um melhor acompanhamento dos micro sismos que não eram tão facilmente detetados pelas estações que já estavam colocadas no terreno.

Ainda neste âmbito de tentarmos perceber o que está a acontecer, adquirimos o serviço de um satélite radar da rede SENTINEL e temos vindo a medir o solo sem nenhum sinal claro de deformação. A maior parte da deformação que se deteta pode ser explicada pelo próprio movimento natural da ilha. Como sabem, este território está em constante movimento, por isso acontece naturalmente alguma deformação. Como não temos um histórico muito longo, até este momento não detetámos nada de alarmante mas continuamos a fazer um acompanhamento muito próximo no sentido de irmos obtendo informação atempada.

Esta crise conta já com duzentos sismos, que não foram sentidos por todos, mas os residentes nas freguesias mais a oeste e a noroeste da ilha têm uma apreensão maior, daí a realização de encontros com a população para explicarmos o mais técnica e claramente possível o que está a acontecer para ajudarmos a reduzir as tensões porque as pessoas estão naturalmente nervosas com esta situação.

Temos marcado para o dia 26, um exercício de Proteção Civil Municipal em coordenação com a Proteção Civil Regional. Vão ver meios de proteção civil a andarem pelos caminhos mas não se assustem porque não está a acontecer nada, trata-se pura e simplesmente de um teste à prontidão dos meios.

No princípio de junho teremos um exercício de grande dimensão coordenado pela estrutura militar e pela Proteção Civil Regional. Teremos no terreno uma estrutura bem mais musculada para vermos de que maneira nos conseguiremos orientar. O exercício municipal visa essencialmente testar a resposta em caso de um sismo, já que o que aconteceu no dia 14 de janeiro ficou no limiar, ou seja, mais um bocadinho e já causaria danos com algum grau de gravidade. Ainda assim, como sabem, causou danos com uma queda generalizada de muros no Raminho e na Serreta, prejuízos grandes na atividade agrícola e do ponto de vista da estrutura no que diz respeito à Estrada Regional.

É possível termos um sismo de um grau acima. É preciso não esquecer que, cada grau que subirmos, deve ser multiplicado por dez e se tal vier a acontecer, teremos situações de danos de algum grau, por isso mesmo é que vamos testar as respostas que poderemos dar.

Lá mais adiante vamos preocupar-nos com outras questões que têm a ver com a evacuação de pessoas. No caso de um sismo, não teremos que evacuar ninguém, apenas alojar quem ficar com a sua habitação danificada. O objetivo é que as pessoas permaneçam

nas suas casas, ou seja, fiquem onde estão, aqueles que não sofram danos que impossibilitem a permanência, e é importante a interajuda entre vizinhos.

Todos conhecem estas ações normais no que diz respeito a proteção civil mas, ainda assim, precisamos de testar a rapidez para abrirmos estradas no caso de haver feridos que necessitem de ser transportados para o hospital.

Volto a referir que até agora não houve nenhum sinal de natureza vulcânica. Ao contrário do que acontece com os sismos, que são absolutamente imprevisíveis, normalmente os vulcões dão algum sinal antes, o que nos dará algum tempo. Se acontecer uma situação dessas, aí sim, teremos que proceder à evacuação de pessoas. Essa é a nossa principal preocupação até porque, naquele setor da ilha, temos uma população muito envelhecida, muita gente com mobilidade reduzida e pessoas acamadas. A tarefa não será fácil mas o assunto está devidamente planeado e vamos testar para percebermos o que é preciso melhorar neste sistema.

O município tem tido uma excelente relação com a Proteção Civil Regional, com a qual temos mantido um contacto e coordenação constantes, e o CIVISA tem-nos feito toda a análise técnico-científica da informação que vai sendo recolhida. Temos tido também uma excelente coordenação com os Bombeiros, que são o nosso principal parceiro neste processo, e também com o Exército e com a PSP no sentido de termos as condições necessárias para regular o trânsito, abrir caminho, e dispormos da mão-de-obra que venha a ser necessária numa emergência.

As coisas estão projetadas e planeadas, o que não quer dizer que nos sintamos prontos. Ninguém poderá dizer responsabilmente que estamos prontos por uma coisa destas. Não vale a pena estarmos a bater no peito a dizer que está tudo bem porque, melhor seria que isto não estivesse a acontecer. Estamos o mais preparados possível, continuamos a trabalhar no sentido de melhorar e é para isso que servem estes exercícios que vão acontecer.

É importante que os senhores presidentes de juntas de freguesia sejam porta-vozes desta informação junto das suas populações para que não haja alarmes porque os exercícios que vão ser feitos não significam que estejamos a prever o que quer que seja. Isto não é uma premonição de qualquer desgraça mas sim, uma posição responsável da parte das diversas entidades envolvidas no sentido de testarmos e detetarmos o que estiver menos bem para que possamos tomar medidas de melhoria e introduzir as alterações que se venham a revelar necessárias.

Esta é uma matéria muito importante que precisa de ser transmitida com algum grau de assertividade e segurança. Ao longo destes últimos meses temos vindo a lutar com problemas de desinformação e de pessoas que publicam nas redes sociais de forma absolutamente irresponsável, por isso precisamos de prestar as informações corretas, até porque não há nada de confidencial nem secretismos no que respeita à informação sobre proteção civil e tudo o que se sabe tem que ser comunicado e sabido.

Não estamos perante uma operação militar em que vamos esconder informações em relação ao inimigo. Aqui o inimigo é a ignorância e o desconhecimento, por isso o que temos que fazer é comunicar com certezas e com realismo, dizendo a verdade e apenas o que

sabemos sem inventar. Lembrando aquela história do Pedro e o lobo, se começarmos a alarmar demais, no dia em que for preciso alarmar, se calhar vai haver quem não acredita. Convém que não haja alarmes e tudo se faça com a necessária segurança para que, no dia em que seja preciso fazer qualquer coisa, as pessoas acreditem que é mesmo verdade. Esta é a nossa principal preocupação e também do Serviço Regional de Proteção Civil, a quem devo louvar a atitude colaborante e próxima através de um diálogo constante no sentido de acertarmos posições e de prestarmos a melhor informação possível.

Todos nós gostaríamos de saber mais mas estas matérias têm sempre um grau de incerteza que resulta exatamente das questões técnico-científicas que não podem ser facilmente resolvidas. Seria importante que saíssemos daqui com esta matéria totalmente clarificada e sem dúvidas, particularmente no que diz respeito à relação com as juntas de freguesia.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados.

Quero abordar também a crise sísmica para dar uma palavra de reconhecimento às juntas de freguesia daquela zona da ilha pelo trabalho de prontidão, serenidade e articulação que têm desenvolvido perante este fenómeno que tem sido também um teste à resiliência das populações mais afetadas. Deixo uma palavra de apreço à Junta de Freguesia do Raminho que foi quem deu o mote para a realização de sessões de esclarecimento junto da população, além dos ciclos de conferências que o município tem realizado nos Paços do Concelho. É óbvio que, acontecendo nas freguesias de forma local e mais próxima das populações, as pessoas deslocam-se com maior facilidade, mantendo-se assim mais informadas e interessadas.

Deixo também uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal que, tal como em tantas outras situações, tem assumido nesta matéria uma postura dialogante de articulação e cooperação, em particular nas sessões de esclarecimento em que tive a oportunidade de participar. Foi, acima de tudo, uma sessão de esclarecimento, informação e pedagogia para com a população que, segundo sei, resultou em medidas de autoproteção na lógica que todos somos agentes de proteção civil nas nossas casas. Quero dar também uma palavra de reconhecimento ao Governo Regional que tem vindo a reforçar o financiamento ao CIVISA e mantido uma postura de serenidade e prontidão no âmbito do serviço de proteção civil e das obras públicas.

Como sabem, desde o dia 14 de janeiro temos um troço da Estrada Regional interrompido na zona do Raminho, um assunto que é sério porque a segurança de pessoas e bens estará sempre acima de qualquer outra circunstância. Como foi publicamente anunciado, o Governo Regional tem assegurado melhorias de circulação no caminho alternativo, está neste momento a proceder à limpeza e desmatamento da própria cumeira da zona dos Taludes, dando finalmente resposta a uma reivindicação de mais de quinze anos da junta de freguesia e da população do Raminho.

Perante um problema, pode encontrar-se um sinal positivo. Sendo um teste à resiliência daquela população, esperemos que seja finalmente dada uma resposta efetiva e definitiva à resolução daquele problema. Com a certeza de que uma crise sismo vulcânica é um assunto

demasiado sério para se fazer ataques políticos, é com bastante apreço que reconheço este trabalho articulado, concertado e cooperante em prol do bem da população.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço as palavras da senhora deputada Luísa Barcelos, dizendo que, numa situação destas e perante os problemas que se colocam às nossas populações, está na altura de trabalharmos no mesmo sentido em busca de soluções para resolver os problemas da estrada e em particular as questões de segurança que são a nossa principal preocupação.

Respondendo à questão que me foi colocada pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, logo que possível reiniciaremos essas sessões com o objetivo de percorrermos todas as freguesias daquele lado da ilha no sentido de esclarecermos o mais possível esta matéria. Das freguesias mais afetadas, faltam-nos apenas Santa Bárbara e Cinco Ribeiras que correspondem sensivelmente ao fim da zona de maior risco. Estamos disponíveis para lá irmos com todo o gosto logo que os senhores presidentes de junta assim o entenderem.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, senhoras e senhores deputados municipais.

Ponho-me em pé porque tenciono fazer uma homenagem ao que aconteceu há cinquenta anos. Numa sessão desta Assembleia Municipal realizada no dia de hoje, a tão curta distância do 25 de abril e com cravos em cima das nossas mesas, tendo em conta que o poder local é um dos resultados do 25 de abril, não poderíamos deixar de prestar esta homenagem.

É difícil falar do 25 de abril sem cair num discurso mais ou menos burocrático e repetitivo mas tentarei fazê-lo com a maior isenção possível. Tendo em conta o bom exemplo do debate que acabou de acontecer sobre a atividade sísmica, devemos procurar aqui os pontos e compromissos indispensáveis.

Gostaria de fazer quatro homenagens, começando pelo poder local que hoje é essencial em Portugal, uma emanação da democracia com uma função indispensável que está em exercício nesta sala neste momento. Faço uma segunda homenagem aos militares, uma terceira ao doutor João Bosco Mota Amaral e uma quarta homenagem ao doutor Mário Soares.

Foi através da revolução do 25 de abril de 1974 que se fechou a porta de uma ditadura de 48 anos. Costuma dizer-se que não se fecha uma porta sem que se abra uma janela, o que aconteceu exatamente no dia 25 de abril. Não se abriu uma porta, abriu-se uma janela a um futuro que poderíamos escolher. Digamos que, naquele dia nos foi dado o direito de escolha, mas não nos foi dada a liberdade nem a democracia. O 25 de abril abriu-nos a possibilidade de vivermos em liberdade e em democracia através das nossas escolhas.

Todos vamos conhecendo um pouco da história; uns porque tiveram a felicidade de participar naquele momento único que tive o privilégio de viver aos 19 anos, outros porque ouvem histórias em relação ao regime do passado e ao que se seguiu ao 25 de abril em que tivemos aquilo a que se chamou de PREC (Processo Revolucionário Em Curso) que resultou da

ação de forças mais organizadas, mas simultaneamente de forças extremistas de esquerda que se tentaram apossar dessa liberdade de escolha que nos tinha sido dada no dia 25 de abril, um processo que durou cerca de um ano até que a situação começou a estabilizar a partir das eleições para uma Assembleia Constituinte que elaboraria uma Constituição que veio a ser aprovada.

Quando se criou a Assembleia Constituinte, o povo português mostrou não estar do lado dos que assumiam o poder; estavam com outras forças efetivamente democráticas, como na altura foram caracterizadas, nomeadamente pela vitória do Partido Socialista nas eleições para a Assembleia Constituinte com resultados significativos obtidos pelo PPD e pelo CDS em relação àqueles que então assumiam o poder e continuaram a fazê-lo a partir dessa eleição.

Os processos foram-se desenrolando e desta Assembleia Constituinte nasceu a autonomia dos Açores, outro resultado direto do processo da democracia. Nesse processo do início da nossa autonomia é justo prestarmos uma homenagem a um deputado constituinte que foi João Bosco Mota Amaral. Para que fossem aprovadas na Assembleia da República, foi necessária uma maioria de deputados que assumiram as autonomias das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Uma outra homenagem que gostaria de prestar é ao doutor Mário Soares. Foi o 25 de novembro que estabilizou a nossa democracia e o doutor Mário Soares e o Partido Socialista tiveram um papel essencial na mobilização da população. Com o apoio de outros partidos, o Partido Socialista teve um papel central na relação com um grupo de militares que não alinhava no chamado PREC e foi dessa mobilização que resultou a liberdade.

Valorizo muito o 25 de novembro. Se o 25 de abril abriu uma janela, o 25 de novembro definiu um caminho em democracia, por isso me interrogo porque é que, por vezes, há tanta resistência aos acontecimentos desta data que foi o ponto de partida para a democracia que hoje temos, honra todos os democratas, respeita os direitos humanos e considera essencial a liberdade.

Por vezes vejo que as forças que tiveram a responsabilidade do PREC agem como se o 25 de abril fosse seu quando é de todos, e o 25 de novembro, que deveria ser assumido por todos, acaba por incomodar alguns. Não nos incomoda, achamos que é uma data essencial e foi daí que passámos da janela à porta.

Hoje a democracia tem ameaças e desafios, sendo um deles a articulação entre os poderes nacional, regional e local. Sentimos que a autonomia é cada vez mais uma desobriga para o poder nacional, que o poder regional por vezes desafia a autonomia de uma forma não totalmente aberta e que há uma certa confusão de competências paralelas entre o poder nacional, o poder regional e o poder local. Seria bom que estas competências se esclarecessem até na área de trabalho que aqui desenvolvemos. Quando essa confusão de competências acontece, ou ninguém as exerce ou as forças acabam por se contrariar e entrar em conflito e ninguém sente a responsabilidade para fazer. Basta falar na cultura, no desporto, na habitação, na orla marítima e em muitas outras áreas em que estas competências não estão suficientemente clarificadas.

Um segundo desafio é a coesão interna. Penso que todos os que aqui estão sentem que hoje em dia a coesão entre os açorianos merece um olhar especial e nem sempre há equidade no tratamento e na resposta às potencialidades de cada uma das ilhas. O sistema da autonomia está desequilibrando e não podemos dizer que um arquipélago de nove ilhas está com todo o território junto, porque não está, nem que os interesses legítimos de cada uma das ilhas estejam a ser satisfeitos, porque não estão. Não nos devemos deixar assustar por críticas de bairrismo porque é também bairrista quem acusa os outros de bairrismo.

Não poderia deixar de referir aqui também a questão da pobreza. Cinquenta anos após o 25 de abril continuamos com alguns desequilíbrios sociais e bolsas de pobreza em todas as ilhas que não se vão resolver automaticamente com o desenvolvimento económico, mas sim com uma atuação dirigida.

Por último, quero fazer um voto para que todos saibamos cultivar o que, de tão precioso temos que é a democracia verdadeira que envolve direitos humanos e liberdade e não a democracia de nome. A verdade é que hoje há mais regimes ditatoriais no nosso planeta do que sociedades de efetiva democracia, o que obrigou até alguns teóricos a dizerem que o que queremos é uma democracia liberal. Acho perigoso quando começamos a qualificar a democracia, que é liberdade e direitos humanos, e não o que acontece na Rússia, na China e em centenas de outros países deste nosso planeta.

Façamos todos votos para que, assim como os cravos, a democracia seja preciosamente cultivada. Agradeço a condescendência do senhor presidente da Assembleia, mas achei que esta data especial merecia esta minha referência. Muito obrigado.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito obrigado e bom dia a todos.

Estávamos no primeiro 1.º de maio. Lembro que o PPM era o único partido não marxista que estava na oposição em 1974 com pessoas como: Fernando Sylvã, Henrique Barrilaro Ruas, Francisco Sousa Tavares, Sophia de Mello Breyner Andresen, Gonçalo Ribeiro Teles e outros que tive o gosto de conhecer. Tenho uma perspetiva de quem não gosta da revolução porque gosta da evolução que foi pensada anteriormente por alguns e infelizmente não foi assumida pelas forças que detinham o poder no país naquela altura.

As revoluções só são boas porque terminam falhas de discernimento e de coragem para se prosseguir com evoluções necessárias. A revolução aconteceu e pode acontecer de novo porque não tivemos o discernimento e a coragem para democratizar na década de cinquenta, não tivemos o discernimento e a coragem para a autodeterminação do Ultramar na década de sessenta e não tivemos o discernimento e a coragem para abrir o país e o Ultramar à Europa e ao mundo na década de setenta, sobretudo porque tratámos diferentemente também as pessoas dos Açores, de Portugal continental e do Ultramar. Naturalmente, seis cabo-verdianos fizeram a revolução em todo o lado com coragem.

Porque não evoluímos quando necessário, precipitámos o êxodo de milhões. Adiámos o desenvolvimento de Portugal por décadas e do Ultramar, por décadas ou séculos. Tivemos a sorte de estar do lado certo do Acordo de Helsínquia e se houvesse um acordo diferente entre as grandes potências, poderíamos ter os Açores transformados num limbo porto-riquenho e o

continente encurralado em labirintos cubanos. Acontece nas bordas da Europa e poderia ter acontecido aqui, mas tivemos sorte.

Viva a democracia porque, na pequena liberdade da voz e do voto – e concordando com o doutor Carlos Costa Neves – apurámos o discernimento e a coragem para evoluir, mais nos Açores com a alternância democrática que as ilhas permitiram, contrariamente à Madeira. Com o pormenor do Círculo de Compensação que permite o voto igual a todos e dos pequenos círculos editoriais que aproximam os eleitores exigentes dos melhores eleitos.

Para que não haja mais revoluções, temos que revolucionar todos os dias na melhoria dos serviços públicos, por ventura pela concorrência entre escolas e unidades de saúde ou através de outra solução qualquer, no ordenamento sustentável dos espaços urbanos e rurais, na promoção da competitividade do que exportamos e na integração de imigrantes, que é muito importante para não termos por aí revoltas, como acontece por esse mundo fora. No desmantelamento de monopólios e na promoção da concorrência, no discernimento e na coragem dos caminhos da paz, no discernimento com base nos erros reconhecidos e na coragem para os corrigir. E aqui lembro este tema da crise sísmica em que vale a pena aprendermos com as coisas que poderiam ter sido mais bem feitas no passado.

Na crise de 1959-1960, os Estados Unidos abriram as portas a todos os açorianos e desde então as ilhas de baixo não conseguem evoluir porque perderam dois terços da sua população. Soube há pouco tempo que, em 1980 quando houve a crise, pediu-se aos Estados Unidos para não abrirem as portas, uma medida totalmente impopular que permitiu a manutenção das populações na Terceira, em São Jorge, na Graciosa e no Pico para, de alguma forma, não impedir o crescimento. Imagine-se o que seria a Terceira com metade da população que tinha então.

Há dois anos eu estava por acaso a dar a volta à ilha São de Jorge e não sentia a crise. Há muito alarmismo nestas coisas das crises sísmicas, o que me leva a perguntar como reagirão as pessoas perante as informações que prestamos, se não ficam com a ilusão de que estão seguras pela forma como a informação lhes é dada.

Acho que devemos aprender com os erros cometidos no passado porque os alarmismos perante estas crises servem muitas vezes para se gastar dinheiro e dar uma sensação de segurança que não existe. Estou totalmente de acordo com o professor Álamo quando diz que é preciso informar corretamente as pessoas mas pergunto por que razão, no Censos 2021, não analisámos as casas nas freguesias que, de alguma forma, foram dadas como não estando completas para se atuar sobre as que apresentam maiores riscos. Eventualmente salvam-se vidas quando essas casas forem as primeiras a desabar se houver uma crise.

É preciso passar a responsabilidade para as pessoas para que procedam às necessárias correções nas suas habitações, tentando diminuir os erros que vão acontecendo. É importante percebermos o que vai acontecer mas, durante uma crise, a resposta terá que ser dada em grande parte pelas próprias pessoas e não pela segurança social que não pode chegar lá a tempo em termos hospitalares, etc. Temos que perceber que a primeira reação deve vir das comunidades locais, tentando corrigir as casas que eventualmente possam apresentar maiores riscos.

Voltando ao 25 de abril, temos que aprender com os erros e sobretudo ter a coragem de discernir as melhores soluções. A luta democrática tem grandes vantagens porque permite perspetivas diferentes, mas acho que há ainda muito que avançar, sobretudo na coragem para tomar decisões coletivas, que às vezes são mais difíceis, como aconteceu aqui em duas ou três histórias durante alguns sismos que quase esvaziaram a ilha de São Jorge.

Uma crise sísmica como a de São Jorge pode ter um impacto enorme em termos de turismo e, fazer um escândalo para alarmar as pessoas lá fora, não tem efeito nenhum, só causa mal. Dá nome ao CIVISA, sim senhor, estamos alerta e tal, mas depois o resultado é outro. É fundamental que tenhamos o discernimento para distinguir entre o que é de facto efetivo numa região sísmica e aquilo que faz propaganda.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais e quem nos está a ouvir lá em casa.

Começo por agradecer esta prenda da Câmara Municipal alusiva às comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril, uma oferta muito bonita, e agradeço também a decoração da sala.

Falar no 25 de abril é falar da conquista da revolução feita pelos capitães, da conquista da liberdade de escolha dos nossos representantes na Assembleia da República, na Assembleia Legislativa Regional, nas assembleias municipais, nas câmaras municipais e nas assembleias de freguesia. Estamos eternamente gratos a este movimento que nos libertou de uma ditadura, deu-nos a liberdade e implementou um regime democrático em Portugal, o bem mais precioso que podemos ter.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Agradeço que me tenham dado a palavra para saudar também o 25 de abril que representa para todos nós a democracia, a liberdade e o fim da censura e revejo-me no que foi aqui dito pelo doutor Carlos Costa Neves. Abril foi o começo de uma caminhada que acabou muito bem mas poderia ter acabado muito mal. Sinto que, na minha geração e na que viveu plenamente estes acontecimentos, há ainda ecos de algumas dores, mas não se fazem revoluções sem dores. Ainda bem que a revolução do 25 de abril foi feita com pouco sangue, mas com dores que poderiam ter sido evitadas.

Quero saudar abril por estes feitos, pela democracia, pela liberdade e pelo que foi aqui dito ao nível da educação. É bom lembrar que foi através da conquista da liberdade e da democracia que passámos a ter um serviço nacional e regional de saúde que mudou o paradigma do país. Deixámos de ter tanta mortalidade infantil e aumentámos a nossa esperança média de vida.

É de saudar também aquilo que foi uma janela e uma imensa porta para a inclusão e igualdade das mulheres, que antes estavam subjugadas à figura do marido, completamente ultrapassadas, secundarizadas e minorizadas. Os objetivos não estão ainda totalmente concretizados mas é óbvio que nada se compara ao anterior paradigma. É importante lembrar

que o 25 de novembro foi também a concretização de toda esta esperança e potencial que nos traz hoje aqui com desafios ainda por concretizar. Há essa perplexidade porque o 25 de novembro, de alguma forma, assegurou a liberdade e a democracia, evitando uma eventual guerra civil e uma ditadura de sinal contrário, como tive a oportunidade de referir nos eventos realizados pela Câmara Municipal, que está de parabéns pelo ciclo de conferências interessantes e esclarecedoras que realizou.

Todos reconhecemos o papel dos partidos que estiveram na génese da democracia, nomeadamente o Partido Socialista através da figura do doutor Mário Soares, mas certamente também o PSD e o CDS-PP.

Acho que está na hora de repensarmos a maneira como abordamos também estas questões. Celebrar o 25 de novembro não é negar o 25 de abril, é comemorá-lo duas vezes porque a liberdade foi consubstanciada e, de alguma forma, fez ressurgir todas as outras esperanças que quase morriam.

A cultura foi também amordaçada na censura. Natália Correia foi um dos grandes vultos da cultura contra o regime, escrevendo como podia e sempre pisando o risco. Celebrou o 25 de abril, dando voz ao novo ciclo e depois, durante o verão quente, demonstrou algum desalento e tristeza.

Há pouco falava da igualdade e da inclusão, sendo certo que muito há ainda para fazer. Ficamos muito contentes que as mulheres tenham outro papel na universidade e na vida social e política, mas tudo isto é pouco. Preocupam-me as mulheres que não têm voz e a grande percentagem de vítimas de violência doméstica. Temos que dar voz a estas mulheres e combater a pobreza. Ainda não dobrámos o Cabo Bojador nessas conquistas e preocupa-me a tendência de nos habituarmos ao problema. Há uma faixa da população que não conseguimos fazer sair da pobreza, vamos achando que é normal e até pitoresco nalgumas situações. Não é normal e devemos ter uma indignação profunda por todos os cidadãos que não conseguem sair da pobreza. Vamos concretizar o 25 de abril todos os dias e todos juntos. Fico muito feliz pela oportunidade de expressar aqui estas palavras. Muito obrigada.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço o mote dado pelo senhor deputado Carlos Costa Neves sobre esta matéria. Estamos numa sala e na presença de algumas figuras que foram fundadoras da democracia em Portugal, um espaço com muita dignidade e peso histórico onde o liberalismo efetivamente nasceu. Nos extremos deste salão nobre estão os principais líderes dos dois grandes partidos, o Partido Progressista e o Partido Regenerador, que deram corpo à democracia durante a segunda metade do século XIX e até ao fim da monarquia constitucional. É com esta responsabilidade e peso de História que hoje celebramos também aqui o 25 de abril e essencialmente a democracia, algo que tem que ser construído todos os dias. A democracia não nasceu num dia e ficou por lá, por isso me parece um pouco imaterial, estarmos a discutir se celebramos o 25 de abril ou o 25 de novembro, já que estamos a celebrar um processo que se mantém vivo.

Precisamos de continuar a combater, em particular os desvios que continuam a atormentar a nossa democracia, sejam de direita ou de esquerda ou de lado nenhum do espectro político. Subscrevo as palavras que foram aqui ditas pelos dois líderes parlamentares

e pela senhora vereadora. Já que, da parte da liderança da oposição, foi muito bem trazida aqui uma posição do município, gostaria de lembrar que continuamos com um conjunto de ameaças que temos que resolver, uma delas respeitante à coesão interna, como referiu o senhor deputado Carlos Costa Neves.

A coesão interna no arquipélago dos Açores continua a ser um problema que tem vindo a crescer em vez de diminuir. Passado aquele entusiasmo inicial do arranque da autonomia, hoje vivemos crescentes problemas de coesão no relacionamento entre as diversas ilhas cada vez que discutimos o plano e orçamento. Esta é uma realidade muito antiga que tem também as suas raízes nesta sala e nos que aqui estão. É preciso não esquecer o que aconteceu com a aprovação da Constituição de 1821 e o debate em torno do que deveria ser a governação dos Açores, uma ferida com duzentos anos que continua aberta à procura de uma solução que, se calhar está nas nossas mãos, se formos capazes de aproveitar o processo de descentralização que aconteceu no continente e dar-lhe um sabor autonómico e açoriano, algo que nunca houve coragem para fazer.

Seria fundamental dar aos municípios de cada uma das ilhas e depois ao conjunto dos municípios de cada ilha, uma série de competências que neste momento estão centralizadas no Governo Regional e deveriam pertencer aos municípios. Isto permitiria acabar com tensões entre ilhas e seria mais uma forma de fazermos a democracia funcionar. É preciso que este debate se faça com urgência e infelizmente não foi ainda possível atingir-se o grau de pressão necessário que leve os partidos políticos a assumi-lo como essencial. A autonomia depende do consenso e da aceitação por todos os açorianos e não pode ser desvirtuada através destas situações que, infelizmente, têm vindo a aparecer.

Gostaria de voltar às questões da pobreza e da educação que já foram aqui abordadas. A educação e a formação são de facto o elevador social para o combate à pobreza e precisamos de o utilizar com outra eficácia. Concordando com o doutor Carlos Costa Neves, esta não é uma questão que tenha diretamente a ver com o crescimento económico porque a ilha onde se tem verificado um maior crescimento é onde a pobreza mais tem ganhado aspetos verdadeiramente abjetos e inaceitáveis nos nossos dias, uma situação que, infelizmente, já chegou ao nosso concelho. Todos já vimos nas ruas, aquilo que não queríamos ver e percebemos que, também aqui, é necessária uma ação decisiva e uma intervenção no sentido de evitar a reprodução da pobreza. Aqueles que têm mais alguns anos como eu, decerto já notaram que a pobreza se reproduz. Nesta altura já conheço netos e bisnetos de pessoas que eram pobres e conheci numa situação de exclusão há muitas décadas. Infelizmente, ainda não fomos capazes de resolver este ciclo de reprodução da pobreza.

Há um outro assunto que precisa de ser falado aqui e tem a ver com a corrupção e com esta erosão da democracia que por aí nasce. Estamos a viver um tempo difícil em que muitos dos atores políticos se deixaram levar por caminhos por onde nunca deveriam ter seguido. A corrupção existe, é extraordinariamente destrutiva e do lado do sistema da justiça não foi nem está a ser feito aquilo que deve ser feito. Continua-se a lançar suspeições e a abrir-se processos onde não se deve, ao mesmo tempo que, perante os olhos de todos, acontecem coisas que não deveriam acontecer. Esse desvirtuamento da justiça é uma das grandes

ameaças à democracia; é preciso termos a coragem de o dizer em vez de passarmos o tempo a falar ao lado, dizendo «à política o que é da política e à justiça o que é da justiça». Não, a política também serve para resolver os problemas da justiça. É preciso assumir isto com coragem e dizê-lo com voz alta, caso contrário a democracia vai acabar por morrer devido a esta doença insidiosa que está a corroer as suas bases.

Celebrar o 25 de abril e o 25 de novembro é celebrar um processo que nem sequer tem uma data precisa, aconteceu em março e até mesmo antes. Se olharmos para a História, aconteceu nesta sala em 1931 quando, das janelas aqui ao lado, se proclamou a democracia que, infelizmente, durou apenas quinze dias.

A democracia é uma chama que sempre ardeu, umas vezes bruxuleante, outras vezes mais forte, mas o nosso povo sempre a manteve viva desde os tempos em que, também no edifício que aqui estava, nos idos de 1828, se começou uma guerra civil que desembocou na primeira democratização do país. Temos que prestar homenagem a todos os que fizeram esse percurso antes e depois do 25 de abril e continuam a existir entre nós. Ainda ontem, aqui diante do edifício dos Paços do Concelho, se projetou um filme biográfico sobre o capitão de abril, Salgueiro Maia.

O processo do 25 de abril não pode ser visto de forma isolada porque aconteceu num momento muito complexo da política mundial em que a Guerra Fria estava a atingir paroxismos que quase passaram do frio ao quente. Lembrem-se que, logo a seguir em 1975, aconteceu a retirada americana do Vietname e a Guerra Fria também por aqui passou por interposta pessoa.

O que aconteceu a seguir ao 25 de abril foram as tensões internacionais que tiveram em Portugal o devido reflexo e o processo foi muito pior nas ex-colónias com guerras civis que, nalguns casos, duraram décadas e fizeram centenas de milhares ou até milhões de mortos. Esse é um legado da Guerra Fria que provavelmente nunca poderíamos ter evitado, a não ser que tivéssemos tido a sabedoria de democratizar o país na sequência da II Guerra Mundial. Essa sabedoria não existiu, o nosso caminho foi o que conhecemos e não há que o lamentar. Devemos celebrar o percurso que tivemos porque a vida é feita destas coisas e não podemos voltar atrás e mudar a História.

Parece-me absolutamente imaterial celebrar esta ou aquela data. Devemos celebrar um processo que teve o seu ponto alto no dia 25 de abril, por isso estamos a falar assim e estão aqui os cravos. O processo vai continuar porque a democracia é um edifício que nunca estará concluído e é construído dia a dia com a correção de erros e desvios. Senhor presidente da Mesa, muito obrigado pela sua tolerância e viva o 25 de abril.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Creio que devemos dar um sinal ao debate que acabou de acontecer aqui acerca do 25 de abril.

Aplausos.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caras e caros colegas deputados

municipais. Muito obrigada por este momento solene que muito honra o nosso passado e nos delega muita responsabilidade sobre o presente.

Esta minha intervenção é mais uma preocupação, dado que foram já feitos vários alertas sobre o assunto. Refiro-me ao investimento no Porto das Pipas. Como é do conhecimento desta casa, a obra foi adjudicada e lançada em julho de 2020 pelo Governo Regional do Partido Socialista com um orçamento de cerca de 14 milhões de euros e o objetivo de potenciar aquela infraestrutura na vertente da sua funcionalidade, no melhoramento dos fatores de segurança e na criação de novas áreas de afirmação deste porto com várias mais-valias como, por exemplo, o aumento do cais acostável que permitirá acolher navios de maior dimensão, nomeadamente cruzeiros temáticos, potenciando o crescimento deste tão importante mercado *premium* do turismo de cruzeiros.

Outra vantagem claramente identificada neste projeto é o facto de potenciar a eficiência da economia do setor marítimo e de outras atividades indiretas como o turismo e, claro, o nosso comércio local. É um investimento que se enquadra num desígnio estratégico de desenvolvimento da ilha Terceira e dos Açores, visando o reforço da coesão interna e anulando os efeitos da nossa dispersão geográfica.

Como devem ter conhecimento, a obra sofreu vários reveses que levaram a que o prazo fosse sendo prorrogado, situações absolutamente naturais em qualquer obra de mar. Ao longo destes anos foram emanados vários pareceres, inclusive do Conselho de Ilha e houve diversas tomadas de posição nesta Assembleia e da parte dos diferentes partidos, posições que foram unânimes na urgência e na importância da conclusão desta obra para a nossa ilha.

Em dezembro de 2023, um dia antes do prazo final e muito perto das eleições, o Governo Regional do (PSD – CDS-PP – PPM) fez uma visita, todavia sem nota formal ou declarações de intenção. Passados quatro meses, não temos qualquer informação sobre esta obra, se a mesma está formalmente dada por concluída.

Não sabemos quando este porto estará a funcionar na sua plenitude, apenas sabemos que está vedado e fechado a cadeado. Sabemos que a grua não pode ser utilizada e após vários contactos feitos, inclusive por mim, dizem-nos que estão a aguardar um parecer que, pelos vistos, está alojado em São Miguel. É assim mesmo que nos respondem. Sabemos que o retorno da Linha Lilás já consta no *site* da Atlânticoline, uma notícia naturalmente positiva para todos nós, todavia remete-nos para as condições da pretensa gare de passageiros.

Está contemplada uma verba no plano e orçamento da região para este investimento mas não sabemos se será já para este verão. Não sabemos em que condições vamos receber os passageiros, ou seja, as pessoas que nos visitam, e desconhecemos se houve algum esforço prévio de captação de cruzeiros temáticos para este verão.

Como todos concordamos, é fundamental conquistarmos alguma previsibilidade no setor do turismo e minimizarmos o impacto da redução dos voos previstos para o verão e inverno IATA e os consequentes efeitos da sazonalidade para o nosso tecido empresarial.

Enfim, são várias as dúvidas e as incertezas, em contramão com o potencial e a expectativa que todos depositamos nesta infraestrutura, por isso perguntamos ao senhor presidente da Câmara Municipal e ao executivo se têm alguma informação da parte do

Governo Regional, se estão a par de alguma entropia que impeça a abertura do Porto das Pipas e se têm conhecimento de algum plano de escalas de cruzeiros previstas para o nosso concelho.

Sr. presidente da Câmara – O conhecimento que tenho coincide sensivelmente com o que a senhora deputada nos disse. Não conheço nenhuma data marcada para a abertura do porto, que terá que acontecer em pouco tempo porque o plano de verão da Atlânticoline tem escalas ali.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Apenas para dizer que também não posso ajudar.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Penso que o silêncio fala mais do que mil palavras. Continuamos no escuro sem podermos dar resposta aos nossos concidadãos, empresários e pescadores, por isso urge uma tomada de posição firme sobre este assunto. Pode ser que em breve saibamos alguma coisa, tendo em conta que o Governo Regional tem a tendência de ser mais lesto face à crítica do que propriamente ao apelo dos açorianos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2024, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Uma parte da informação que gostaria de prestar neste período na vertente que diz respeito à crise sísmo vulcânica na serra de Santa Bárbara, foi já referida no Período de Antes da Ordem do Dia.

Quanto às outras questões, começo por informar que a situação financeira do município está estável sem nada de importante a assinalar, com a execução ao nível da receita e da despesa a decorrer dentro da normalidade.

Estamos também numa situação de estabilidade no que diz respeito ao pessoal. Desde a última sessão desta Assembleia, entrou uma pessoa e saíram duas que se aposentaram. Temos uma pessoa a menos mas estão ainda a decorrer os concursos que foram autorizados há uns tempos, o que significa que teremos mais ou menos o mesmo pessoal ao longo do ano. Temos vindo a manter uma política de substituição dos funcionários municipais à medida que for necessário. O nosso quadro de pessoal, embora bastante envelhecido, apresenta plena estabilidade. A idade média está nos 51 anos e temos nesta altura cerca de trinta pessoas com idade superior aos sessenta anos.

Embora com alguns atrasos, as obras do município têm também decorrido com alguma normalidade. Foi felizmente ultrapassado nestas últimas semanas, o atraso mais notório que

se verificou na obra de ligação entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde, que esteve parada devido à necessidade do recuo de uma parede que dependeu de alguns acordos que fizemos e também do visto do Tribunal de Contas. A alteração dependia desse visto, o que demorou muito tempo, mas a questão foi ultrapassada, a obra está a decorrer com normalidade e contamos concluí-la no fim do próximo mês.

A outra obra de grande vulto que está em andamento vai permitir a expansão do parque industrial através da criação de uma via que o ligará à zona onde está a ser construída a nova fábrica de laticínios, um investimento de 1,6 milhões de euros que esperamos ver concluído dentro dos prazos previstos até ao fim deste verão.

Na última sessão da Assembleia Municipal referimos que o investimento deste ano se centraria nas vias, nomeadamente na ligação entre as Doze Ribeiras e São Bartolomeu, o chamado Caminho de Cima. Estamos em vias de obter o visto do Tribunal de Contas para darmos início à obra num prazo muito curto.

A construção do novo mercado municipal é outra obra muito importante que está adjudicada e encontra-se nas fases contratuais e de obtenção de visto. O processo foi levado ao fim com sucesso e esperamos que as obras no terreno tenham início no final do verão. Por se tratar de uma adjudicação de conceção-construção, há uma fase importante que é invisível ao público, mas as coisas estão a decorrer dentro da normalidade.

O que correu menos bem pela terceira vez consecutiva foram os concursos para a adjudicação de duas intervenções importantes na zona urbana. Voltou a ficar deserto o concurso para a obra de ligação entre a Ermida do Desterro e a rotunda, que está a aproximar-se dos 800 mil euros, um valor manifestamente excessivo, e ficou também deserto o concurso para o calcetamento da Rua da Queimada ao lado da escola do Alto das Covas, dois processos que estão a ser reanalisados.

Tal como consta na nossa agenda, a obra da Igreja das Concecionistas ficou concluída e paga. Tencionávamos efetuar o pagamento em cinco anos mas fizemo-lo integralmente porque tínhamos disponibilidade financeira.

A obra da Igreja de Santo António dos Capuchos no Livramento está praticamente concluída, estando apenas a decorrer os arranjos de interiores e do recheio, prevendo-se a sua inauguração para o princípio do mês de junho. Este contrato seria pago em cinco anos mas vamos fazê-lo também integralmente este ano e o assunto ficará encerrado.

Está também a decorrer com toda a normalidade o restauro da Igreja do Castelo. Quando se olha lá para cima vê-se que uma das torres já está branca e esperamos que a obra esteja concluída no fim deste ano.

Ainda no Castelo, as coisas não correram bem no que diz respeito à construção do centro interpretativo, uma obra do PRR que assumimos. O concurso foi aberto e encerrou sem concorrentes, algo que está a acontecer com alguma frequência nesta altura, não tanto por questões de preços, mas pura e simplesmente porque as empresas de construção civil com capacidade para a realização de obras públicas estão completamente ocupadas devido ao PRR Habitação que, de alguma maneira, drenou o mercado e não há capacidade instalada para dar resposta a mais obras. Infelizmente, esta é uma das que não se pode arrastar por ser

financiada pelo PRR, por isso estamos a tentar encontrar uma solução que nos permita iniciá-la o mais rapidamente possível.

No que diz respeito ao PRR Cultura, decorreu com bom resultado o concurso para o restauro das telas da Igreja de Santo Inácio de Loyola, que todos conhecemos como Igreja do Colégio, e está a decorrer o concurso para o restauro do órgão que lá existe.

Ainda na área da cultura, celebrou-se um acordo com a paróquia de Santa Bárbara para o restauro do seu órgão histórico que pertenceu à Igreja das Concecionistas de Angra, foi vendido para Santa Bárbara em finais do século XIX e ficou abandonado. O município financiará integralmente o restauro daquele órgão histórico.

As coisas estão também a decorrer relativamente bem no que diz respeito às obras em colaboração com as juntas de freguesia. É verdade que temos muitas atrasadas, o que se deve essencialmente também à falta de empreiteiros. A situação mais complexa que estamos a tentar resolver tem a ver com a casa mortuária de São Sebastião, mas espero que desta vez o osso de fundo seja devidamente enterrado e as coisas se resolvam por aqueles lados.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Temos dezasseis procedimentos de empreitadas em curso referentes à habitação social. Treze estão em execução, dois encontram-se em concurso e um está na fase de consignação. Como referi na última sessão da Assembleia Municipal, temos aproximadamente 16 milhões de euros de investimentos em curso. Quando falo em habitações sociais, estou a excluir o bairro do Lameirinho cujos projetos de execução estão a ser-nos entregues neste momento para que possamos passar também ao procedimento de contratação pública para a construção de nova habitação de acordo com a última alteração da Estratégia Local de Habitação, as duas áreas em que ainda não lançámos concurso.

A Serreta está já concluída e temos obras a decorrer desde os Altares até São Sebastião, algumas com ligeiros atrasos e outras a terminar este ano em alguns bairros; falo especificamente de Santa Bárbara, Feteira, um dos edifícios em Santa Luzia e uma parte em São Bartolomeu.

Houve alguma confusão da parte dos que se dirigem à Câmara a solicitarem habitação social porque pensam que estamos a distribuir habitações que construímos recentemente, mas estamos apenas a fazer regressar as pessoas que já viviam nessas casas e tinham sido realojadas em habitações da responsabilidade do empreiteiro. Temos neste momento sete casas entregues e tencionamos entregar muitas mais até ao final deste ano.

O concurso do Terreiro está a decorrer e penso que temos empreiteiro para a reabilitação deste bairro, ficando a faltar o Lameirinho, uma situação que muito nos preocupa. As obras que temos em execução estão a decorrer normalmente.

Sr. presidente da Câmara – No que diz respeito a outras atividades, temos a decorrer o programa das comemorações do 25 de abril com vários eventos já realizados e terá os seus momentos mais altos durante as Sanjoaninas. Prevê-se para os próximos dias um conjunto de

concertos e outros eventos, para os quais convido desde já todos os senhores membros da Assembleia que queiram neles participar.

Na área do desporto, as atividades do município têm também decorrido manifestamente bem com toda a normalidade e gostaria de vos dar nota que o concurso do Prémio Literário Álamo Oliveira, uma iniciativa desta Assembleia, teve um sucesso que eu não esperava. Foram apresentadas quinze propostas, das quais, catorze foram consideradas elegíveis. Estávamos à espera de duas ou três, afinal o júri tem uma hercúlea tarefa pela frente com catorze propostas para ler e dar o seu parecer. Creio que estamos todos de parabéns pelo bom resultado que obtivemos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Agradeço ao senhor presidente da Câmara, o ponto da situação em relação ao Prémio Literário Álamo Oliveira. É com muito orgulho que vemos toda esta adesão na primeira edição e esperamos que se mantenha nas próximas.

No âmbito do PRR Habitação e no processo de realojamento de algumas famílias, tivemos conhecimento que alguns moradores do Lameirinho têm reclamado por terem que regressar aos seus domicílios impedidos de levar os animais de companhia. Sabemos que o município é o senhorio e há regras a cumprir, mas gostaria de obter alguns esclarecimentos acerca desta situação que me parece bastante sensível. Salvaguardando o bem-estar animal e a saúde pública, gostaria de perceber como foi possível chegar-se a este ponto de excesso de animais de companhia nas habitações municipais sem que tivesse havido qualquer fiscalização por parte dos serviços competentes.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Nos últimos tempos este assunto tem sido mencionado em todos os órgãos de comunicação social e até capa de jornal. Ao iniciarmos este grande investimento em habitação social no sentido de melhorarmos as condições de habitação das pessoas, é também nossa obrigação visitar todas as 448 habitações sociais, incluindo as do Lameirinho, e encontrámos excesso de animais, tanto em apartamentos, como em habitações com logradouro.

Ao longo dos anos, o município tem recebido queixas de quem vive nos bairros sociais devido a questões de barulho, o que nos tem merecido a devida atenção. Atuamos sempre que recebemos queixas da parte dos nossos inquilinos, até porque já nos deparámos com quem tenha animais perigosos em algumas habitações. As pessoas sabem que o regulamento que foi aprovado nesta Assembleia em 2014 proíbe a existência de animais perigosos nos bairros sociais e temos tido também muitas queixas devido à falta de higiene, principalmente nas áreas comuns dos apartamentos.

Foi publicada nos órgãos de comunicação social, uma reportagem sobre o bairro do Lameirinho, quando ainda não estamos a informar cada uma das famílias sobre as situações futuras. Não tem havido problemas nos restantes bairros e as pessoas sabem que voltarão para as casas de acordo com as normas do regulamento que foi aqui aprovado por todos aqueles que foram eleitos pela população do concelho.

Muitas vezes, as pessoas escondem-nos os animais quando visitamos as habitações mas agora estamos a fazer um trabalho muito sério. Se as casas estão já sobrelotadas sem

condições para todos os agregados familiares que lá vivem, imagine-se com excesso de animais. O que temos encontrado contraria todas as regras do bem-estar animal, por isso estabelecemos regras com muito cuidado para quem vive nos apartamentos ou em habitações com logradouros e o número de animais que as pessoas podem ter de acordo com o agregado familiar.

É importante referir aqui o esforço que os empreiteiros têm feito para encontrarem casas no mercado para arrendar. Lembro que estamos a intervencionar doze casas de uma só vez no bairro do Bravio e todas as casas de habitação social nos Altares.

Alguns dos proprietários arrendatários não querem animais nas suas habitações, um direito que lhes assiste. Como estamos a trabalhar agregado a agregado, durante o tempo em que as pessoas estão realojadas em habitações em que os proprietários não permitem animais, perguntamos-lhes se têm algum familiar onde eles possam ficar, caso contrário, podem deixá-los no canil municipal onde estamos a proceder a uma ampliação que ainda não está pronta. Há dias tive a oportunidade de o visitar acompanhada de órgãos de comunicação social e um partido político. O canil municipal tem as condições que todos conhecem e não temos nada a esconder. O município fez um grande investimento para melhorar as condições daquele centro de recolha e os animais podem lá ficar. Como acompanho de perto, sei que são muito bem tratados, independentemente das condições de sobrelotação.

As pessoas querem continuar com excesso de animais nas suas casas. Quem não sabe cuidar de si, decerto não saberá cuidar de animais e não vou sequer referir nesta Assembleia, uma situação de saúde pública que encontrei. Se estamos a adequar a tipologia das habitações aos agregados familiares, temos que ter também em conta a situação dos animais. Se há pessoa defensora dos animais, essa pessoa sou eu devido à profissão que tenho na área da agropecuária.

As situações que foram levantadas sobre o bairro do Lameirinho não fazem qualquer sentido porque aquele bairro não está a ser intervencionado e houve precipitação da parte das pessoas. Sem saberem do que estavam a falar e depois de eu ter reunido com eles, houve uma associação que mobilizou um conjunto de pessoas, informando-as mal, o que fez com que eu agendasse de imediato uma reunião com os inquilinos de Santa Luzia, onde estamos a iniciar a intervenção, para lhes explicar o que se estava a passar e todos saíram dali devidamente esclarecidos, concordando com o que estamos a fazer.

O município não permite excesso de animais nas habitações e tem a obrigação de preservar o seu património. Estamos a preparar uma equipa que vai estar permanentemente no terreno, visitando essas casas de forma periódica. Estamos a fazer um investimento muito grande e não queremos ver as casas novamente degradadas daqui a dois ou três dias, em estados lastimáveis como encontrámos muitas habitações.

Queremos cuidar das pessoas sem esquecer o bem-estar dos animais que poderão permanecer nas habitações dentro dos limites que estão estabelecidos na regulamentação que foi aprovada nesta casa e tem que ser respeitada. Estas regras estão a ser bem explicadas e constam num contrato que todos estão a assinar.

Assim como acontece como qualquer outro proprietário, estamos também a atualizar as rendas das habitações de acordo com a lei. Estamos a fazer um trabalho muito sério para que as pessoas tenham muito melhores condições nas suas habitações.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Gostaria de saber se, em todas estas obras que estão a ser feitas, admitem a possibilidade da mobilidade das pessoas, ou seja, de escolherem outras casas porque, o que conta é a casa mais a mobilidade e o acesso ao emprego.

Grande parte da pobreza que temos em Portugal e no mundo deve-se à falta de acessibilidade ao emprego, um aspeto que é importante ter em conta na reabilitação urbana que aqui é feita. Os agregados familiares evoluem e é fundamental estabelecer a regra desse ajustamento à localização através da renda, para além de, eventualmente, se adaptar o PRR com a construção de novas habitações mais perto da cidade. No âmbito do combate à pobreza e da reabilitação urbana, merece a pena fazer uma análise a esta reabilitação de habitações longínquas que ficaram degradadas porque nelas moram pessoas que são pobres por não terem acesso aos empregos.

Ainda a respeito de todas estas obras que nos foram apresentadas, gostaria de lembrar o aspeto que foi aqui levantado sobre o porto de Angra. Às vezes fico com a impressão que ficamos à espera das obras e depois não lhes damos utilização. É claro que a preservação do património é importante mas é preciso que haja pelo menos um relatório, uma monitorização da utilização dessas obras que estão a ser feitas, incluindo o restauro das igrejas. Se estamos a gastar erário público nessas obras que são da responsabilidade de alguém, importa que esse alguém saiba utilizar o dinheiro público, senão será melhor dá-lo a outros que o utilizem melhor. É muito simples. Quando alguém recebe uma obra que permanece fechada todo o tempo e é preciso reabilitá-la de novo passados alguns anos, é porque as pessoas que estão a tomar conta não servem. O dinheiro que lá é empregue é público através da Igreja, através do Estado ou as duas coisas.

Esta monitorização das obras é essencial, mais do que ficarmos contentes porque damos trabalho à construção civil e mantemos as fachadas dos edifícios. Devemos exigir que os locais tenham, pelo menos, a porta aberta durante algum tempo e se animem, caso contrário temos que criar outros. Estamos cheios de juntas de freguesia com obras pela lógica da construção ou de portos com pedras no mar e sem navios no cais e alguma coisa deve ser feita sobre isto.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Agradeço os esclarecimentos aqui prestados pela senhora vereadora Fátima Amorim e reitero a importância da manutenção. O investimento é muito grande, a Câmara de Angra tem mais verba do que toda uma região e é importante que não caia em saco roto daqui a cinco anos.

Gostaria de colocar duas questões muito breves acerca da atividade municipal, começando pelo projeto «3X3 BasketArt». Gostaria de saber o ponto da situação do protocolo de cooperação que foi assinado entre a Câmara Municipal, a Associação de Basquetebol da ilha Terceira e a Federação porque, aparentemente, a Câmara ficou com a parte da construção civil e das artes.

Estamos a aproximar-nos da época balnear, por isso peço também o ponto da situação em relação à preparação das nossas zonas balneares.

Considerando os resultados da auditoria da inspeção administrativa recentemente feita ao município de Angra, alertando para a falta de transparência quanto ao cartaz musical e aluguer de som para as Sanjoaninas, gostaria de saber qual tem sido a postura do município para as festas deste ano.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A maior parte dos nossos agregados familiares não quer sair dos bairros onde residem atualmente mas estamos a adequar a tipologia ao agregado, como já aconteceu no Porto Judeu em que havia uma situação de sobrelotação e foi possível transferir o agregado familiar para uma casa mais adequada dentro do próprio bairro.

Está sinalizada apenas uma situação em que existe a vontade de mudar de bairro. O realojamento dessas pessoas está a ser feito pelos empreiteiros na própria freguesia porque há uma resistência muito grande na mudança para a freguesia ao lado, mas são poucos os casos em que isto acontece.

Estamos a monitorizar e a fiscalizar devidamente e o contrato é bem claro quanto às obrigações dos moradores. Da porta para dentro, qualquer dano que se provoque na moradia é da inteira responsabilidade do inquilino, algo que está bem explícito no contrato. Quando entregamos uma casa, reunimos com os inquilinos, explicando-lhes as condições em que entram para aquela nova habitação, seja onde moravam anteriormente ou numa outra casa mais adequada à tipologia daquele agregado familiar.

Estamos a fazer um trabalho minucioso para que não aconteça o que a senhora deputada acabou de referir. Não queremos que as casas fiquem degradadas daqui a quatro ou cinco anos e precisem de novas intervenções, por isso vamos ter uma equipa de três pessoas na rua para que haja maior controlo sobre essas habitações.

Sr. presidente da Câmara – Vou responder à questão que foi colocada sobre as zonas balneares porque o senhor vereador Paulo Lima que tem o assunto a seu cargo, teve que se ausentar para estar presente em representação da Câmara Municipal numa das celebrações do 25 de abril que está a decorrer no Alto das Covas.

No que diz respeito às zonas balneares, os procedimentos estão adjudicados no sentido de iniciarmos as obras quando o mar acalmar, o que costuma acontecer mais ou menos por esta altura. São intervenções essencialmente de manutenção e de reparação de alguns danos relativamente ligeiros no Negrito e outros mais pesados nos Salgueiros e na Salga. O concurso ficou deserto para a reconstrução do cais nas Cinco Ribeiras e neste momento estamos a partir para um ajuste direto para a execução daquela obra. Esperamos que todas as zonas balneares estejam em condições de abrir no dia 15 de junho sem quaisquer dificuldades.

Quanto à questão da contratação das Sanjoaninas, continuo com a mesma posição. Apesar dos reparos feitos pela inspeção, chegámos à conclusão que o procedimento que foi feito estava correto, mas o senhor vice-presidente da Câmara dará uma explicação mais aprofundada sobre o assunto.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Pronunciando-me sobre os dois pontos questionados pela senhora deputada Luísa Barcelos, existe de facto um protocolo celebrado com a Federação Portuguesa de Basquetebol e com a Associação de Basquetebol de ilha Terceira e foi feito um trabalho prévio de identificação do recinto a intervencionar. O projeto «3x3 BasketArt» está prestes a ser executado e pressupõe a realização de um trabalho de arte urbana no piso do campo de basquetebol junto ao bairro de Santa Luzia. O *layout* está validado e foi já contratado o artista que vai proceder à pintura. Mediante uma vistoria feita ao espaço, foi necessário preparar uma pequena empreitada para recuperação e nivelamento do piso desse campo e adquirimos os materiais necessários para a intervenção artística para que os trabalhos sejam concluídos este verão e este protocolo fique integralmente executado.

O procedimento para a contratação pública do cartaz musical das Sanjoaninas está bastante avançado, consta na plataforma, é idêntico ao que foi realizado o ano passado e foi validado pelos nossos consultores jurídicos. Há sensivelmente um ano, tive a oportunidade de explicar o procedimento aqui na Assembleia Municipal. Trata-se de um ajuste direto baseado em critérios materiais que é realizado em função da apresentação de declarações por parte do concorrente que comprovam a sua representação dos artistas que são contratados em exclusivo para a região autónoma dos Açores. Essa foi também a posição demonstrada em parecer pelo consultor jurídico externo do município e é nesse sentido que está a ser feita a contratação que deverá ficar concluída em pouco tempo para que possamos fazer o anúncio do cartaz musical das Sanjoaninas 2024.

O único procedimento diferente em relação ao ano passado foi a realização de uma consulta prévia porque recebemos uma comunicação por parte de duas empresas interessadas em apresentar propostas para o cartaz musical do Bailão. Uma delas conseguiu entregar declarações de exclusividade de representação dos artistas que tinham sido escolhidos pela Câmara, à exceção de um artista local que estava previsto na lista que tínhamos submetido a consulta.

A outra empresa interessada apresentou apenas um preço sem qualquer declaração de representação desses artistas. Assim, a Câmara Municipal tomou a decisão de avançar com o procedimento contratual à empresa que apresentou praticamente todas as declarações de exclusividade, não incluindo o artista que a mesma não representa na região autónoma dos Açores.

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero agradecer à senhora vereadora Fátima Amorim pelos esclarecimentos prestados em relação à habitação social e agradecer-lhe o excelente trabalho que tem feito nessa área através do PRR. Felicito também a Câmara Municipal pelo cumprimento do regulamento que foi aprovado nesta casa. Estamos totalmente de acordo com tudo o que disse e a manutenção das habitações tem mesmo que ser feita sem permissão de abusos.

No seguimento da intervenção do senhor deputado Tomás Dentinho, gostaria de referir algumas situações que nos preocupam já que, por vezes, há uma certa falta de comunicação e de transparência da parte do Governo Regional. Como referiu a senhora deputada Mónica Rocha, não há respostas em relação ao Porto das Pipas e ficamos sem saber o que se passa. É uma obra que foi inaugurada há relativamente pouco tempo, aparentemente está operacional e parece deixada ao abandono. Será falta de promoção do Porto das Pipas no exterior ou haverá algum problema com a obra? Talvez o senhor presidente de Câmara não nos consiga ajudar mas gostaríamos que o Governo Regional nos dissesse alguma coisa.

Vou falar aqui mais uma vez da Pousada da Juventude em São Mateus. Poderão dizer que o assunto vem do tempo do PS mas nessa altura a pousada era sempre lembrada pela bancada municipal do PSD e agora parece estar esquecida. Tinha uma verba prevista de cerca de 5 mil euros no antigo plano e orçamento regional e pelos vistos está a zeros no próximo, parecendo que estão a assumir que a Pousada da Juventude é para deixar ao abandono.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Tomei nota das questões aqui referidas pela líder da bancada do Partido Socialista, senhora deputada Marília Vargas que, na minha opinião, devem ser extensamente abordadas na próxima reunião do Conselho de Ilha que está agendada para o dia 29 de abril e logo se verá que parecer daremos sobre o plano e orçamento do Governo Regional.

Peço agora ao senhor vice-presidente da Câmara que nos faça uma atualização do triângulo desportivo: pavilhão, bólingue e campo de futebol, um assunto que abordámos na última sessão desta Assembleia.

Por último, gostaria de suscitar uma questão sobre «ruínas oficiais» que eventualmente poderá ser concluída na próxima reunião da Assembleia Municipal. As «ruínas oficiais» são uma série de edifícios pertencentes eventualmente à Câmara Municipal, à região e ao todo nacional, que apresentam sinais de ruína, encontram-se em ruína completa ou padecem de uma lamentável falta de conservação.

Gostaria de saber se a Câmara Municipal dispõe de um levantamento desses edifícios em ruínas, que nos possa fazer chegar até à próxima reunião de Conferência de Líderes, porque gostaríamos de agendar um ponto com este assunto para a Ordem de Trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal de junho.

É lamentável que haja edifícios públicos em estado de degradação absoluta há anos. Se os particulares têm a obrigação de conservar e recuperar os seus edifícios, ficando sujeitos ao pagamento de impostos mais altos se não o fizerem, por maioria de razão, as entidades oficiais têm a mesma responsabilidade. Se todos somos responsáveis, uns são mais responsáveis do que outros.

Sr. presidente da Câmara – Não temos uma listagem relativa à situação das «ruínas oficiais», que é extremamente preocupante, mas vamos tentar obtê-la. Diria que temos três grupos de edifícios arruinados que precisam de uma particular atenção. O primeiro desses grupos é propriedade de várias instituições em que uma boa parte pertence ao direito canónico, como as igrejas que, felizmente, temos vindo a recuperar. Já hoje aqui falámos das

igrejas das Concecionistas e de Santo António dos Capuchos e é preciso não esquecer os respetivos claustros que continuam em ruínas que contribuem para a degradação do ambiente urbano.

Existem outras pequenas estruturas que precisam de ser restauradas e tem-se vindo a fazer um grande esforço em colaboração com as paróquias e outras instituições. Esse património foi recuperado na maior parte das freguesias com poucas exceções, situações que estão a ser resolvidas.

O outro grupo de edifícios são os Fortes que podem passar um pouco despercebidos. A ilha Terceira teve uma cortina de fortificações costeiras de grande valor, quase todas concentradas no concelho de Angra que, infelizmente, na maior parte dos casos, está ao abandono há mais de dois séculos. Há casos em que resta muito pouco porque caiu quase tudo ao mar, mas noutros casos esse património é ainda recuperável, uma questão que urge resolver. Apenas alguns desses Fortes são municipais e temos vindo a recuperá-los, como é o caso do Forte Grande em São Mateus, e outros que foram registados a favor do Estado.

Apesar de os poder reclamar para si, porque havia um acordo assinado no tempo em que o doutor Baptista de Lima foi presidente, a Câmara Municipal não exerceu esse direito quando o deveria ter feito e o Estado português inscreveu parte dos imóveis municipais no seu património, uma situação complexa que é preciso reverter porque, entretanto, surgiu a região autónoma dos Açores e de acordo com o seu estatuto, todos os imóveis pertencentes ao Estado que estejam ao abandono transitam para o património da região. Temos aqui uma situação triangular que precisa de ser resolvida porque não houve a intervenção necessária na altura certa. Apesar de difícil, estamos a trabalhar nesta questão para ver se chegamos lá.

Obtivemos alguns resultados no que diz respeito ao património situado no Monte Brasil em que se chegou a um conjunto de acordos e entendimentos, o último dos quais foi a abertura das muralhas do lado de cá. Foram já realizados os trabalhos de prospecção geotécnica no sítio do novo paiol cuja construção está a ser iniciada para que este setor nos seja entregue e as pessoas possam desfrutar de um espaço de excelência para passearem e usufruírem de uma excelente vista sobre a cidade.

Esta situação dos Fortes é talvez o mais relevante dos capítulos dos imóveis em ruínas. São mais de uma dúzia de pequenas fortalezas que estão ao abandono e em risco de ruína total em alguns casos.

Temos ainda um conjunto de imóveis, na sua maior parte, propriedade da região autónoma dos Açores, que estão a precisar urgentemente de manutenção. Começando por aquele que é mais visível situado aqui mais acima, não sei quando foi a última vez que olharam para o museu, mas vejam o estado em que está a Igreja de Nossa Senhora da Guia que mete nojo.

Temos ainda o caso do Palácio Bettencourt, a antiga biblioteca pública, mas as coisas estão a correr bem porque já chegou à Câmara um pedido de autorização para instalação de uma grua. Espero que seja augúrio de boas novidades a respeito desse edifício e que a obra se concretize o mais rapidamente possível.

O edifício onde está instalada a Secretaria Regional da Educação, a antiga Junta Geral, está também num estado lamentável. Fui secretário da educação há séculos e o edifício já estava para fechar para obras nesse período. Sai há duas décadas e as coisas não avançaram, por isso é urgente fazer lá qualquer coisa.

Estou a lembrar-me de um outro edifício ali em São Pedro que deu muito que falar porque lhe caíram janelas e telhas, mas haverá outros. Como lhe disse, não a temos, mas faremos os possíveis por obtermos uma lista exaustiva dos imóveis em ruínas no concelho.

Lembraram-me agora um outro problema minúsculo. Ainda bem que a senhora Diretora Regional da Cultura está aqui e com certeza terá outra atitude. A situação da guarita do tempo dos castelhanos que está ao pé do Pico das Cruzinhas no Monte Brasil era uma obrinha que se resolveria com um saquinho de cimento num só dia mas os senhores da cultura resolveram enriquecer aquilo até que a guarita caiu toda e agora já vão ser precisos dois saquinhos de cimento. São das tais coisas que às vezes resultam de técnicos deixados à solta, mas a senhora diretora regional não fará isso.

Felizmente, temos todos os imóveis municipais bem mantidos. A obra aqui por detrás desta parede está concluída, mais um espaço que ficou devidamente recuperado e vamos começar a povoá-lo em pouco tempo.

Temos ainda dois imóveis municipais que foram adquiridos e precisam de uma intervenção. Um deles é um moinho situado do lado de baixo do cruzamento da Vinha Brava que era uma casa de habitação. Tínhamos ali problemas constantes de inundação, por isso adquirimos o imóvel para desalojar a pessoa e agora temos que o recuperar.

Comprámos também os terrenos que correspondem à face do lado de cá da Serra do Morião, incluindo um moinho na base desse percurso junto às nascentes que pertencem já ao município. Esse edifício está em ruínas e temos a firme intenção de o reconstruir.

Temos no concelho, outras ruínas que são propriedade privada. Hoje vamos dar aqui mais um passo no sentido de continuarmos com boas condições para que os privados invistam na zona urbana com vista à eliminação das ruínas. Faz parte da nossa agenda a criação de uma área de reabilitação urbana aqui na cidade e temos estado em negociações para darmos destino a um imóvel notável que é o edifício do antigo hospital.

Os antigos laticínios, um edifício muitas vezes referido aqui na Assembleia Municipal, já abriu lá uma loja e as coisas ganharam outro aspeto. Um outro edifício notável que está parcialmente ao abandono é uma parte dos antigos celeiros, que aparentemente terá uma solução à vista. O prédio da antiga Loja dos Barateiros aqui na Praça Velha está também para ali fechado e prestes a entrar na fase do abandono.

No último mês fizemos a escritura da aquisição da parcela que nos restava, aquela rampa por detrás da moagem que tem para lá ervaçal e ruínas desde o tempo do sismo de 1980. Pertencia a um conjunto de privados mas a Câmara foi comprando e já adquiriu tudo, temos o projeto feito e a empreitada está a concurso. Vamos recuperar também esse espaço que era outra das ruínas notáveis da cidade. Fiz aqui um relatório oral mas esta questão das ruínas merece um trabalho mais exaustivo e é o que faremos.

Sr. vereador Guido Teles – Respondendo à questão do triângulo desportivo colocada pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, como referi na última sessão da Assembleia em relação ao pavilhão municipal, procedemos à contratação de um projeto de execução que já nos foi entregue e foi feita a informação prévia no sentido de avançarmos com o procedimento concursal para a obra de reabilitação da cobertura do edifício, uma intervenção que vai custar cerca de 440 mil euros, isto se o valor não empolar como tem acontecido em vários outros empreendimentos que, infelizmente, acabaram por ficar desertos. O procedimento está em curso e contamos avançar com essa intervenção, o mais rapidamente possível.

A situação do bólingue tem sido um pouco mais complicada. Estamos já com o terceiro procedimento contratual em curso já que, nos primeiros dois, o fornecedor apresentou propostas em desacordo com as regras da contratação pública. O processo está a atrasar-se por motivos alheios ao município mas chegámos a acordo com esse fornecedor para que proceda a uma primeira intervenção a partir do dia 6 de maio no sentido de tentar colocar em funcionamento, pelo menos duas pistas de bólingue. A nossa expectativa é que, até ao final do mês de junho, seja feita a intervenção total necessária para que o sistema fique a funcionar em pleno.

No que diz respeito ao campo municipal de futebol de Angra, temos já feito algum trabalho prévio ao procedimento pré contratual. Como referi na última reunião da Assembleia Municipal, o relvado desta infraestrutura está a entrar no último ano do seu período de vida útil e temos já o orçamento para a sua substituição. Será o primeiro relvado do concelho a cumprir com as novas normas no que diz respeito à substância de enchimento do piso que, em princípio, terá que ser em cortiça porque não pode ser em borracha, o que poderá vir a ser um fator de empolamento do preço. A nossa intenção é avançar com este procedimento o quanto antes, sendo certo que, se não for possível efetuar a substituição durante o período de paragem da época desportiva, será necessário conciliar muito bem os trabalhos com todos os clubes que ali praticam as suas atividades desportivas.

Esta é uma das, mais de vinte infraestruturas que compõem o nosso parque desportivo municipal que tem sido objeto de um investimento muito grande da parte do município. Atrevo-me a dizer que, dificilmente se encontra nos Açores, uma autarquia que esteja a investir assim tanto no seu parque desportivo municipal.

Sr. d. m. Luís Soares (presidente da J. F. da Feteira) – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Começo por fazer um reconhecimento à Câmara Municipal de Angra e à senhora vereadora Fátima Amorim pela forma como tem apoiado as juntas de freguesia no processo de candidatura das suas casas ao PRR. Não fosse o apoio que a Câmara nos tem dado, não nos seria possível fazer este percurso que culminará na reabilitação destas casas.

No que diz respeito às obras do Porto das Pipas, acho que as questões deveriam ser colocadas em primeiro lugar à «Portos dos Açores» e, na falta de respostas, é que talvez o

senhor presidente da Câmara, como pessoa bem informada que é, poderia prestar algum tipo de informação a quem colocou essas questões.

Embora assim pareça, a obra do Porto das Pipas não está concluída nem foi inaugurada. Uma gare de passageiros não é propriamente uma casa para onde alguém se muda, faltando terminar os arredores. A obra tem que ser licenciada e legalizada para poder ser utilizada.

O Porto das Pipas não tem iluminação nem ordenamento regularizado, por isso não pode ser utilizado. A rampa Ro-Ro está pronta a ser utilizada para os ferries mas o cais para os cruzeiros temáticos necessita de todo o processo de iluminação e regulamentação da circulação e estacionamento no porto, o que ainda não aconteceu pelas circunstâncias que todos conhecemos, assim como também não avançam as nossas casas porque não arranjamos um electricista e não conseguimos colocar as lâmpadas porque o mercado não é capaz de as fornecer. Se não conseguirmos saciar a sede na fonte, temos que procurar água noutra sítio.

Sra. d. m. Marília Vargas – Penso que deixei bem claro que as minhas perguntas não se destinavam ao senhor presidente da Câmara, foram simplesmente preocupações da nossa bancada. De qualquer modo, agradeço os esclarecimentos do senhor deputado municipal Luís Soares.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (10/2024/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Não havendo objeção, proponho que se faça o debate conjunto dos Pontos 1.2 e 1.3.

Nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Os dois pontos que estamos a apresentar acabam por ser a conta devidamente certificada pelos nossos auditores do ano passado e depois a sua reinscrição no orçamento deste ano. Apesar de dois pontos distintos, estamos a falar da mesma coisa.

O ano passado foi excelente em termos de execução. Iniciámos o ano com quase 3,7 milhões de euros não executados do ano anterior e terminámo-lo com 1,6 milhões, por isso temos um saldo negativo da execução e é bom que assim seja porque significa que conseguimos recuperar cerca de metade do dinheiro que vinha dos anos anteriores. Mesmo assim, ainda transitámos para 2024 com 1,6 milhões de euros de excesso orçamental.

Não há aqui lucros nem prejuízos porque o município não é uma empresa, o que aconteceu é que houve um conjunto de obras que não tiveram o desenvolvimento que desejaríamos. Deveríamos estar perto do zero mas mesmo assim conseguimos recuperar cerca de 50 % do saldo transitado no ano anterior. No ano 2023 tivemos mais despesa do que receita porque gastámos uma parte da receita vinda do ano anterior.

Estamos nos 92 % de execução, o que é um número recorde e o melhor ano de execução desde que estou na Câmara Municipal. Este aumento da execução deveu-se em boa

parte à recuperação de atrasos, muitos deles desde o tempo da Covid-19. Tivemos uns anos arrastados a partir de 2020 e creio que podemos dizer que este ano retomámos o andamento normal do município, tal como as contas refletem.

Um outro aspeto importante com grandes reflexos neste ano foi o facto de adiantarmos com fundos próprios do município, praticamente todo o investimento que foi feito no PRR Habitação porque há atrasos enormes na aprovação das candidaturas e demoramos muito tempo a sermos reembolsados.

Uma boa parte do dinheiro que foi investido no ano passado está neste momento a ser recuperada. Vamos sendo reembolsados de despesa efetivamente paga, por isso esta é receita líquida do município. Os cerca de 1,6 milhões de euros que gastámos a mais no ano passado em relação ao que recebemos, estão quase todos ressarcidos porque estamos já a receber do PRR e, se tudo correr bem, vamos receber muito mais até ao final do ano.

As coisas correram muito bem do ponto de vista financeiro em 2023 e ainda melhor no que diz respeito à execução. Chamo a particular atenção para as transferências que foram feitas para as juntas de freguesia e outras instituições do concelho, que tiveram um desempenho excelente, recuperando também de muitos atrasos desde o tempo da Covid-19.

O Ponto 1.3 da nossa Ordem de Trabalhos é pura e simplesmente a reinscrição e o acerto final da conta nas rubricas orçamentais que já estavam abertas. Nada se altera em relação ao orçamento que tínhamos, apenas se faz o reforço naquelas áreas em que há a possibilidade de termos uma maior execução, nomeadamente a construção do mercado municipal que, felizmente nesta altura, já temos alguma expectativa de executar, além da área das rodovias onde há também uma boa perspetiva de execução neste ano de 2024.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Em relação ao PRR Habitação e àquele *jackpot* dos 90 milhões de euros, existe alguma previsão de quanto poderemos utilizar?

Sr. presidente da Câmara – A nossa intenção é fazer a execução integral até 2026 conforme está previsto. Sempre tive uma visão muito cética em relação à possibilidade de execução destas verbas num mercado de construção pequeno como o nosso mas as coisas estão a correr acima das nossas expectativas. Cerca de 24 milhões de euros são para privados em que a execução é medíocre porque as pessoas não estão a conseguir contratar empreiteiros e muitas das casas que foram candidatas não estão em condições legais de poderem ser apoiadas. Uma das condições é que a habitação seja propriedade do agregado que a vai utilizar, muitas das casas têm até propriedade indefinida e é preciso fazer todo o procedimento de legalização da posse. Há também habitações com áreas construídas de forma clandestina, particularmente obras que foram feitas a seguir ao sismo de 1980 sem o devido licenciamento e em muitos casos as pessoas estão a ter dificuldades em fazê-lo.

A parte que nos deixa maiores dúvidas não é tanto o investimento do lado do município onde as coisas estão a correr bem, embora com desafios muito importantes como o caso do Lameirinho e a construção de quarenta casas a curto prazo em que o desafio é ainda maior. O procedimento está em lançamento e vai exigir empreiteiros que façam estas casas.

Tirando a parte dos privados que está abaixo das expectativas, a parte pública está a correr muito bem acima do que esperaríamos, mas vamos ver se chegamos lá porque temos dois anos e mais um bocadinho para resolvermos isto.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Já fiz uma vez a sugestão para que houvesse datas previstas de finalização das obras e a monitorização dos atrasos não deve ser feita só pela oposição porque ajuda a gestão da Câmara a ter um melhor controlo. Vamos obtendo informação qualitativa de quem conhece o processo mas não conseguimos analisar as ultrapassagens de prazos, que são também importantes para que os agentes privados saibam como reagir à finalização das obras. Creio que as indicações da previsão do final das obras e quando as mesmas realmente terminam, podem ajudar a uma melhor gestão da parte da Câmara e à nossa avaliação.

Sr. presidente da Câmara – É isso que fazemos e se o senhor deputado estiver interessado, a senhora vereadora Fátima Amorim pode facultar-lhe com todo o gosto a tabela Excel das obras.

1.2 – Documentos relativos à Prestação de Contas da Câmara Municipal do ano de 2023. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea I) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de contas que constam da instrução 1/2019 de 6 de março, as quais se encontram elencadas no anexo II e integralmente elaboradas.

Os documentos de prestação de contas de 2023 apresentam a seguinte informação:

O balanço apresenta um ativo no montante de 166 447 267,06 € (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e sete euros e seis cêntimos), um património no valor de 155 861 706,42 € (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e seis euros e quarenta e dois cêntimos) e um passivo no valor de 10 585 560,64 € (dez milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta euros e sessenta e quatro cêntimos).

A demonstração dos resultados apresenta 30 652 834,29 € (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro euros e vinte e nove cêntimos) de rendimentos e gastos no montante de 32 323 046,50 € (trinta e dois milhões, trezentos e vinte e três mil, quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos), o que se traduz num resultado líquido negativo de -1 670 212,21 € (um milhão, seiscentos e setenta mil, duzentos e doze euros e vinte e um cêntimos).

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta pagamentos no total de 34 361 217,89 € (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, duzentos e dezassete euros e oitenta e nove cêntimos) e recebimentos no montante de 32 276 996,73 € (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e seis euros e setenta e três cêntimos).

Os mapas de desempenho orçamental refletem um total de despesa paga de 34 205 915,86 € (trinta e quatro milhões, duzentos e cinco mil, novecentos e quinze euros e oitenta e seis cêntimos) e de receita liquidada de 31 181 510,63 € (trinta e um milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e dez euros e sessenta e três cêntimos).

O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 248 716,76 € (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos), enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 3 435 935,36 € (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos). O saldo final de operações de tesouraria ascende a 238 625,72 € (duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos) e o saldo final de operações orçamentais ascende a 1 361 805,24 € (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinco euros e vinte e quatro cêntimos).

O valor do saldo de gerência para 2024 é de 1 361 805,24 € (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinco euros e vinte e quatro cêntimos).

O resultado líquido é -1 670 212,21 € (um milhão, seiscentos e setenta mil, duzentos e doze euros e vinte e um cêntimos) e este valor é o resultado transitado.

Postos à votação, os documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal relativas ao ano 2023 foram apreciados e votados por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (11/2024/AMAH).

1.3 – Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2024. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A revisão foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (12/2024/AMAH).

1.4 – Alteração ao Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se do resultado da experiência dos anos anteriores em que tivemos uma participação muito assimétrica que levou também à aprovação muito assimétrica de intervenções. Houve freguesias que se mobilizaram muito e tiveram mais participação e outras nem tanto, portanto o orçamento não teve uma cobertura mais uniforme do nosso território. Para evitarmos isso, está-se aqui a criar a possibilidade de haver votação eletrónica através de uma plataforma adequada.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Sou totalmente a favor da votação eletrónica que, quanto a mim, vai permitir um maior equilíbrio entre as várias propostas apresentadas no Orçamento Participativo, mas gostaria de saber se é possível confirmar que é mesmo a pessoa que está a votar e não alguém com acesso a uma base de dados, algo que fosse controlado através da chave móvel digital ou com a utilização do cartão de cidadão.

Sr. presidente da Câmara – A votação eletrónica será controlada com base no cartão de cidadão. Vai ser adquirido o serviço de uma das plataformas comercialmente disponíveis para que haja essa garantia.

A Alteração ao Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade. (13/2024/AMAH).

1.5 – Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas, a qual inclui a revogação da deliberação de 19-12-1978 do Conselho de Administração dos SMAH, que aplicava uma taxa de 10 % de despesas administrativas aos serviços prestados e materiais fornecidos fora do âmbito do Tarifário dos Serviços de Águas e Resíduos. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Vamos dividir isto em duas partes. Esta é uma deliberação muito antiga raramente utilizada que incluía uma taxa de 10 % sobre o valor de quaisquer materiais fornecidos pelo município a terceiros, como bocas-de-incêndio e outros produtos da área das águas que normalmente não estão disponíveis no mercado.

Quando as pessoas compravam ao município, pagavam 10 % de uma taxa administrativa que ficou esquecida durante muitos anos mas foi aplicada este ano a alguém que levantou o problema. Eu nunca tinha dado por isso e, de facto, a pessoa tem razão porque não faz qualquer sentido continuar a aplicar uma taxa para além do que consta no regulamento de taxas. O objetivo é acabar com esta taxa verdadeiramente anómala que apenas era aplicada de anos a anos porque normalmente o município não vende materiais a privados.

A segunda parte tem a ver com a última alteração que foi feita, o chamado *simplex* do urbanismo que extinguiu um conjunto de atos e veio esclarecer outros. O que se pretende é adequar o regulamento a esta nova realidade, eliminando taxas que ficaram obsoletas e esclarecer as que ficam em aplicação com a nova linguagem correspondente àquilo que está na nova legislação sobre urbanismo sem qualquer aumento de taxas. As pessoas pagarão menos taxas, agora com uma nomenclatura diferente porque os atos deixaram de ser alvarás, passando a ser licenças. Se alguém tiver curiosidade, poderá ler a lista enorme que a senhora vereadora tem ali.

Posta à votação, a Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade. (14/2024/AMAH).

1.6 – Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da CMAH, tendo em vista a introdução de dois postos de trabalho. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

- Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais: Um técnico superior (área de ciências e técnicas de arquitetura).
- Unidade de Habitação e Ação Social: Um técnico superior (área de serviço social).

Sr. presidente da Câmara – Na sequência da prática que tem sido seguida pelo município em fazer uma gestão cuidadosa do seu quadro de pessoal, o que aqui se pretende é abrir uma vaga na área da arquitetura na unidade de urbanismo, porque temos necessidade em dar uma maior celeridade aos processos que por lá passam, e resolver um problema na área social com o fornecimento de um técnico à CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) onde existe um técnico da CARITAS, embora pago pelo município. Pretendemos clarificar esta situação, abrindo aqui uma vaga na área do serviço social destinada especificamente a trabalhar na CPCJ.

A Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da CMAH foi aprovada por unanimidade. (15/2024/AMAH).

1.7 – Delimitação de área de Reabilitação Urbana entre a ER1-1ª (Grotta do Vale) e o Largo da Silveira. Para aprovação nos termos da alínea r), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Esta delimitação inclui toda a área abrangida pelo Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo entre a Circular e o interior da cidade. Em 2022 foi feito um levantamento de prédios pertencentes a privados que necessitam de reabilitação. Nesse sentido há um conjunto de benefícios fiscais ao nível do IVA, do IRS, do IMT no caso das transações e da isenção da taxa de IMI durante três anos, que poderá ser alargada para cinco no caso de se tratar de prédios para arrendamento. Há aqui uma série de benefícios fiscais para quem quiser reabilitar as suas habitações degradadas nesta zona delimitada que inclui várias freguesias desde a Sé, São Pedro, Santa Luzia, Conceição e uma parte da Ribeirinha.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Vi o documento e acho que está bem apresentado em grande parte com base no Censos 2021. É um mapeamento dos dados que existem sem grande tratamento para identificar as zonas mais carenciadas, que eventualmente são conhecidas da Câmara e de todos nós e resulta também desse levantamento que foi feito em 2022, mas aquele trabalho merecia um pouco mais. Havendo estes problemas nas freguesias, também ligados à questão dos sismos, pergunto por que razão, esta zona de reabilitação não

teve reflexos nas zonas centrais das freguesias que também precisam de ajuda, têm alguma centralidade e justificariam este tratamento.

Não conheço bem os temas desta reabilitação urbana que, além dos edifícios, tem também a ver com os serviços públicos que esses espaços exigem. Tratando-se de uma zona de crescimento da zona urbana da cidade para terrenos com canadas, é de facto considerado o estacionamento, mas não há nada que fale dos passeios que são necessários em algumas dessas zonas e melhorariam a segurança dos peões.

Há também a questão da interconexão entre zonas. Temos esta passagem da zona baixa e depois a via Circular, que por vezes está sobrelotada, mas a conexão entre o Lameirinho e São Bento e entre São João de Deus e a zona oeste não está pensada e estruturada e eventualmente permitiria a acessibilidade entre estas três ou quatro zonas da cidade para evitar que as pessoas tenham que ir à via rápida ou passar pelo centro. A intensão parece-me muito boa mas tem falhas no aspeto dos peões, na interconexão entre estas zonas e nos centros das freguesias que têm as mesmas condições do centro de Angra e eventualmente mereciam um tratamento especial.

Este é apenas um comentário técnico que naturalmente depois se refletirá em termos políticos e seria interessante ter em consideração, além de um alargamento simplificado à zona por baixo da via rápida. Ajuda-nos a definir mas depois no pormenor fica aquém daquilo que se poderia esperar de um espaço com isenções disto e daquilo como estímulo à concentração. Vale também a pena que as freguesias tenham também um estímulo à concentração urbana junto dos seus núcleos e penso que falta aqui essa parte.

Sr. presidente da Câmara – Este é essencialmente um instrumento de natureza fiscal que não preclude a utilização dos outros instrumentos de planeamento nem abrange as obras públicas que já têm 4 % de IVA. Este documento não é objeto de qualquer relação com o investimento público, estamos apenas a dizer aos privados que podem obter estes benefícios fiscais caso queiram investir nos seus prédios nesta zona. Os instrumentos de planeamento como o PDM e o Plano de Gestão da Zona Classificada continuam em pleno vigor sem qualquer interferência entre uma coisa e a outra. Estamos a falar de uma área que vai da zona da ETAR até à Silveira, seguindo sempre a Circular.

Sr. d. m. André Castro – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se existe uma previsão para a conclusão e apresentação do PDM, tendo em conta que a partir de 2025, os municípios que não tenham o seu Plano Diretor Municipal revisto, deixam de ter acesso aos fundos comunitários.

Sr. presidente da Câmara – Já deveríamos ter concluído o PDM mas temos agora um problema que tem a ver com limites administrativos e estamos com uma discussão infinita com uma coisa chamada ACAOP, que está mal feita com erros que é preciso corrigir, mas infelizmente não tem havido a devida proatividade por parte das diversas entidades

envolvidas. Esperemos que agora seja possível dar um avanço rápido porque é a última questão que nos falta resolver.

A delimitação da ARU em causa foi aprovada por unanimidade. (16/2024/AMAH).

1.8 – Minuta de protocolo de cooperação financeira a celebrar com a Universidade dos Açores para a construção de alojamento estudantil a custos acessíveis na cidade de Angra do Heroísmo nos anos de 2024 a 2026, cujo apoio da Câmara Municipal são 901 610,00 €. Para autorização nos termos da alínea c) n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 2 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara – A Universidade dos Açores é beneficiária no âmbito do PRR de um conjunto de verbas destinadas à construção de três residências universitárias, uma em Ponta Delgada, uma em Angra e outra na Horta. O valor que foi atribuído resulta de um conjunto de cálculos baseados no valor médio de construção no país. Aqui o valor médio de construção é bastante superior e o Governo da República resolveu majorar em 15 % o valor que estava atribuído, mas continua a não ser suficiente, por isso a universidade contactou os três municípios envolvidos, pedindo-lhes uma participação.

Tendo em conta o enorme interesse em reforçar a presença da Universidade dos Açores em Angra do Heroísmo, é bom que o nosso município faça este investimento na casa dos 900 mil euros, 300 mil neste ano e o restante nos dois anos subsequentes, um valor que não nos causa engulhos financeiros e vai permitir à universidade construir uma residência com cem camas no seu próprio campus ali no Pico da Urze. Sei que o município da Horta já aprovou um investimento de 600 mil euros para a construção de uma residência mais pequena e Ponta Delgada estará também em vias de o fazer.

Creio que esta é uma forma de os três municípios garantirem que a Universidade dos Açores consegue aplicar as verbas necessárias. No nosso caso estamos a falar em quase 7,5 milhões de euros, um investimento muito grande que é feito no concelho a um custo bem pequeno para o próprio município. Creio que estamos perante uma boa proposta que vem dar uma ajuda substancial à fixação da Universidade dos Açores no nosso território.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Nada contra esta proposta, apenas uma reflexão rápida porque temos aqui mais um caso em que o Governo da República sacode a água do capote e são as câmaras municipais a complementar. Esta é uma daquelas áreas em que o compromisso primordial não deixa de vir sendo atraído e os três polos universitários têm hoje um peso relativo muito diferente do que se previa no início. O meu desejo é que continuem vivos e ativos e espero que estas residências universitárias, nomeadamente a de Angra do Heroísmo, venham a cumprir um papel de atração que não basta, mas contribui. Todos os momentos são bons para refletir sobre a Universidade dos Açores, que tão relevante é para a região.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Este é um assunto muito importante e o sucesso desta relação entre as câmaras e a universidade está no pormenor, semelhante ao que referi

relativamente aos investimentos feitos em edifícios. Uma coisa é dar dinheiro, quando depois se fica com algum controlo desses espaços, mas como a Universidade dos Açores tem tido muitas vezes um carácter muito centralizado, às tantas a gestão das residências de cá vai ser feita por São Miguel com a falta de proximidade que acabará por se repercutir na sua efetiva utilização.

O crescimento do campus de Angra da Universidade dos Açores depende muito dos cursos que cá existem, sendo certo que nos fecharam alguns e impedem a criação de outros. Ora, se a Câmara Municipal tem aqui algum poder e se, de facto, a universidade é importante para dar resposta à procura local com qualidade, estes protocolos poderão ser instrumentos fundamentais para que o município faça pressão no sentido da abertura de alguns cursos a que as pessoas não têm possibilidade de aceder.

Com esta cooperação, o município tem força de negociação na persecução de objetivos do concelho e da ilha Terceira que poderão ser desenvolvidos em conjunto com a universidade. Sozinhos no campus e face à maioria das pessoas que existem lá, é difícil termos esta capacidade, por isso este protocolo poderá ser um instrumento fundamental se permitir a possibilidade de uma monitorização da utilização das residências universitárias e algum tipo de conversa sobre a oferta de cursos com dimensão até de bacharelato, porque há pessoas que não conseguem estudar lá fora, apesar do apoio da Câmara.

Estando na universidade, fico contente se estivermos apenas a dar dinheiro, mas lamento francamente que não seja usada a alavancagem suficiente, tendo em conta o historial de cursos que foram encerrados e outros impedidos de serem desenvolvidos. Este campus da Universidade dos Açores tem capacidade para 1500 alunos e baixou dos 800 que já teve, para cerca de 400, o que afeta naturalmente a vida económica, social e cultural da cidade e da ilha. As pessoas querem estudar mas dificilmente o conseguem fazer lá fora devido às condições financeiras das famílias.

Sra. d. m. Marília Vargas – O senhor deputado Carlos Costa Neves falou no Governo da República e nas câmaras municipais mas acho que se esqueceu de falar no Governo Regional que é uma peça importante neste tema. Apesar de ser um montante avultado, vemos com bom grado esta atribuição. Como vimos há pouco na prestação de contas, felizmente a Câmara Municipal tem uma saúde financeira que lhe permite prestar este apoio, com o qual estamos totalmente de acordo, mas gostaria de saber se estamos perante mais um caso em que as câmaras municipais têm que se sobrepor às funções do Governo Regional. Gostaria de saber qual a participação da região nesta situação.

Sr. presidente da Câmara – Desconheço qualquer participação do Governo Regional. Há aqui verbas comunitárias do PRR, 15 % de uma majoração concedida pelo Governo da República e o valor restante será compartilhado pelos três municípios envolvidos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Esta tem sido uma reivindicação da parte da Universidade dos Açores que é uma das maiores conquistas da autonomia, embora esteja sob a alçada do Governo da República e do ministério que tutela o ensino superior.

Esta semana a senhora reitora da Universidade dos Açores alertou para a necessidade da celeridade deste investimento que se prende com a concretização de duas dimensões de contratualização entre o Governo da República e a agência Erasmus e entre a Universidade dos Açores e os três municípios que se substituirão ao Governo da República, também neste caso, para se dar corpo a uma necessidade dos três polos e assim garantir a tripolaridade da Universidade dos Açores que serve toda a região.

Permitam-me esclarecer a senhora deputada Marília Vargas que este tem sido um desígnio do Governo da Coligação (PSD – CDS-PP – PPM). Se verificar, em termos de financiamento para a sua tripolaridade, só no ano passado o Governo Regional apoiou a Universidade dos Açores em 900 mil euros. A grande diferença entre esta bancada da Coligação e a bancada do Partido Socialista é que nós defendemos em primeiro lugar a nossa terra e o sítio onde fomos eleitos, independentemente de cores partidárias noutros níveis de poder, e é com pena que ouvimos essa sua declaração.

Fica aqui registado que existe um financiamento e um apoio de todas as forças políticas e do poder local e regional para fazer face a um desígnio da nossa autonomia que é o acesso ao ensino superior, um desenvolvimento do ensino universitário na região que se quer mais forte, mais consolidado e com maior vivacidade para os jovens açorianos que queiram prosseguir os estudos na sua terra.

Sr. presidente da Câmara – O Governo Regional deu 900 mil euros, pois esta Assembleia está a aprovar também 900 mil euros e somos apenas um município. O Governo Regional ficou com certeza muito cansado com isso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Sem querer partidarizar questões nem baixar o nível desta sessão da Assembleia Municipal, que tem sido tão elevado, lembro que até 2020, o Governo Regional apoiava a tripolaridade da Universidade dos Açores com cerca de 300 mil euros ao ano. Se acham que estes 900 mil euros num só ano para assegurar a tripolaridade é muito pouco, pois bem, o valor poderá certamente ser reforçado mas esperamos que uma verba de perto de um milhão de euros apresente resultados e haja desenvolvimento nos três polos da Universidade dos Açores.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Retomando um pouco o raciocínio sobre o 25 de abril em que se apontava as áreas de confluência formais ou informais entre as competências nacionais, regionais e locais, temos aqui outro exemplo porque isto é da competência do Governo da República que sacode a água do capote. Embora, salvo erro, assumo 5,5 milhões de euros para a construção destas três residências, não assume o custo integral.

O Governo Regional atribui um apoio à tripolaridade que, em princípio, deveria ser também da responsabilidade do Governo da República, dadas as nossas condições naturais e o facto de se tratar de um projeto de interesse nacional. O Governo da República sacode e o Governo Regional assume e depois a direção da universidade faz a distribuição como bem entende, não garantindo completamente a manutenção da tripolaridade, e talvez as verbas que recebe sirvam mais para garantir a unipolaridade. A questão de fundo é que tudo isto

resulta de uma certa acumulação, indefinição ou omissão de competências em que uns estão a assumir o que compete a outros.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – O Governo dá 5 mil euros a cada aluno, portanto não precisamos de subsídios, precisamos é de alunos e temos capacidade para tê-los. Ao nível da licenciatura temos uma ilha com cinquenta mil habitantes e tendencialmente 80 % das pessoas vão para o ensino superior. Todas as cidades que, até há trinta anos, tinham ensino secundário, têm que ter ensino superior.

O que acontece é que a verba da malfadada tripolaridade vai para São Miguel e os custos da insularidade limitam a nossa capacidade de sobrevivência. Não há controlo, São Miguel cresceu na base da tripolaridade e às tantas é preciso dinheiro para manter cursos que não têm alunos em vez de cursos que são precisos como o Direito, a Engenharia, a Medicina, etc. O regime que temos na universidade é pernicioso e não premeia o serviço público baseado no número de alunos e a procura que os cursos têm. Damos o dinheiro e depois não garantimos que seja aplicado na tripolaridade porque é preciso manter a universidade como está.

A Câmara de Angra deveria lutar para nos deixarem fazer os cursos que têm procura e nós temos capacidade de oferta. Temos capacidade para fazer o curso de Gestão, o curso proposto pelo Nuno Martins na área das Humanidades e algumas equipas de investigação que dão os mestrados e têm tido sucesso e sustentabilidade, além de outros cursos que entretanto foram chumbados.

Sendo pública, a universidade tem capacidade para competir com todas as outras e entretanto impedem-nos de o fazer. Quando vim para aqui havia a ideia «que pena, terem alunos do continente.» Havia esta ideia porque se tinha a noção que éramos nós a pagar aos alunos que vinham do continente, mas não é assim. Desde que nos autonomizámos, passámos a competir com todas as universidades e não a depender das verbas do Governo Regional.

A universidade deve ser livre para não depender do poder político. Foi uma guerra que o professor Álamo, eu e poucos mais, fizemos. Libertámo-nos dessa tutela única, passámos a depender apenas do número de alunos que nos eram dados, e quem tem unhas é que toca viola. Em termos de investigação, as cabeças de São Miguel e do continente não são maiores do que as nossas. Temos aqui ótimos investigadores, um instrumento muito importante para mantermos aqui gente com muita capacidade que os Açores têm.

Damos dinheiro mas temos que intervir na monitorização do que é feito pela universidade, nomeadamente em termos de tripolaridade porque, internamente e desde há alguns anos, o jogo está um bocadinho viciado, naturalmente pelas regras da maioria, o que faz com que se mantenha um polo e os outros vão definhando. Está lá aquele grupo de entidades da sociedade que estranhamente é votado por maioria e não pelo Método de Hondt. Houve um acordo entre o PS e o PSD para entrar só uma lista e assim ficou a reitora a mandar.

Como damos dinheiro, temos que intervir nos pormenores das regras do jogo que minam o processo de desenvolvimento harmónico da universidade nos três polos com

redução do serviço que era preciso prestar aos alunos. Damos apoio e o dinheiro vai-se embora devido a esta regra do jogo que está por detrás.

Sra. d. m. Marília Vargas – Se o Governo da República dá 5 milhões de euros, não me parece que esteja a sacudir a água do capote, como aqui foi dito. A Câmara Municipal, que não tutela a universidade, dá 900 mil euros e o Governo Regional dá zero euros para a construção do alojamento estudantil. Até parece que a Universidade dos Açores não está localizada nos Açores.

A minuta de protocolo de cooperação financeira a celebrar com a Universidade dos Açores, constante do Ponto 1.8 foi autorizada por unanimidade. (17/2024/AMAH).

1.9 – Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – O documento fala por si. Não creio que exista nenhum problema com a observância do Estatuto do Direito de Oposição e estamos demonstrá-lo, cumprindo os requisitos legais nesta matéria.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (18/2024/AMAH).

1.10 – Relatório da TERAMB, EM, relativo às contas do ano de 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Como é legalmente estabelecido, a TERAMB tem vindo a apresentar trimestralmente os seus resultados. Felizmente, terminámos o ano 2023 com um excelente resultado financeiro e apurámos 251 654,50 € de lucro. É uma das poucas empresas públicas desta terra que dá lucro e mesmo assim tem mantido um dos preços de tratamento de resíduos mais baixos do país e da Europa.

Tirando algo que esteja a acontecer no leste da Europa, não há ninguém que trate resíduos de forma tão barata. Além de estarmos a prestar um excelente serviço à comunidade em geral, conseguimos ter contas equilibradas, e se a EDA nos pagasse toda a eletricidade que fornecemos, o resultado seria bem melhor.

Estamos a ter crescentemente problemas com ressarcimentos por parte da EDA, apesar do enorme investimento público que foi feito no parque de baterias que, aparentemente, está a ser usado apenas para resolver questões da própria EDA, deixando os outros fornecedores de energia no frio, como é o nosso caso. Estamos a perder muito dinheiro com isto e o resultado seria bem melhor se nos pagassem aquilo que achamos que nos é devido.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Pergunto qual a possibilidade legal de a Câmara retomar a rede de distribuição de energia elétrica a partir de fontes de energia próprias, voltando àquilo que existia no início em que as empresas elétricas eram municipais.

Sr. presidente da Câmara – A resposta a essa questão é complexa. A Associação de Municípios está neste momento a pronunciar-se sobre esta matéria porque, no continente, a maior parte das câmaras municipais mantém uma palavra a dizer sobre a rede de distribuição.

Aqui nos Açores, vivemos uma situação que em tempos foi boa com a possibilidade de termos uma exceção ao regulamento comunitário que permite que a EDA seja uma empresa vertical, o que é proibido no resto da Europa, ou seja, o produtor não pode fazer o transporte da energia e quem a transporta não a pode vender. Aqui, a EDA produz, transporta e vende, um monopólio que foi revalidado em 2006 e precisa de ser revisto. É uma questão de direito comunitário e da Assembleia Legislativa Regional que estabeleceu um regime legal que dá virtualmente à EDA o monopólio da energia nos Açores com muito maus resultados para quem quer fornecer energia, o que faz com que, praticamente, não haja produção privada e quem, nas suas casas, está a investir no fotovoltaico, já começa a sentir os maus resultados de tudo isto.

Esta é uma questão urgente que tem que ser começada de cima para baixo, ou seja, a região tem que falar com a União Europeia e é preciso legislar sobre o assunto face aos crescentes sinais monopolísticos que estamos a sentir. Veja-se o caso da ilha Terceira em que se inaugurou umas baterias que, em princípio resolveriam este problema, o que acabou por não acontecer.

Os últimos meses têm sido muito maus para a TERAMB e para a outra empresa privada que possui eólicas na Serra do Cume e vê os seus rendimentos fortemente penalizados. Veja-se também o caso do parque fotovoltaico que está há anos ali à entrada da Praia da Vitória.

Há muito a fazer e o conselho de administração da TERAMB já se queixou à entidade reguladora para que esta matéria seja revista, mas creio que também não há grande vontade desses lados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório da TERAMB constante do Ponto 1.10. (19/2024/AMAH).

1.11 – Relatório final da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo relativo à conclusão das obras do imóvel de interesse público – Igreja, Claustro e Sacristia – antigo Convento das Concecionistas. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Apenas para vos dar conhecimento que a obra está concluída na vertente em que o município se tinha comprometido e foi possível também concluí-la financeiramente, ou seja, houve uma autorização desta Assembleia para que fosse paga em cinco anos, mas não foi necessário e pagou-se integralmente. Estamos neste momento a transferir o fecho financeiro de cento e tal mil euros com os devidos ajustamentos devido à inflação e ficamos com a obra integralmente paga.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.11. (20/2024/AMAH).

1.12 – Comunicação da GRATER que apresenta os dados sobre a avaliação do trabalho daquela associação. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Estamos a dar conhecimento do trabalho desenvolvido pela GRATER no seu território de intervenção nas ilhas Terceira e Graciosa. Trata-se de uma pequena associação de desenvolvimento regional cuja direção foi assumida pelo município de Angra do Heroísmo em dezembro de 2023. Nesse sentido, foi muito o investimento feito neste último período de programação que está referido nos dois relatórios.

Foi-vos apresentado um relatório referente à Estratégia de Desenvolvimento Local Rural e um outro relativo à Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira, que é mais recente, mas tem atingido taxas de execução de aproximadamente 100 %, apesar da desistência de alguns promotores de investimento durante o processo de candidatura.

Muitos dos beneficiários desta associação são as juntas de freguesia do território de intervenção. Grande parte da recuperação de património e o investimento que se tem realizado na área social nas diversas freguesias da Terceira e da Graciosa tem sido apoiado pela GRATER, além do apoio ao investimento nas empresas que é sempre uma prioridade para a criação de postos de trabalho. A GRATER completa 30 anos de existência no próximo ano e está a preparar algo que dê ainda mais a conhecer o seu trabalho durante estes trinta anos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.12. (21/2024/AMAH).

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDP-PP – PPM):

2.1 – Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras. Para aprovação.

A senhora deputada municipal Sandra Mendes procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelo 50.º aniversário do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras.

O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras foi fundado a 23 de abril de 1974 por impulso do Padre João de Brito do Carmo Meneses natural das Doze Ribeiras. Na altura, os elementos iniciaram a reconstrução de uma casa típica na freguesia, tornando-a a sua sede social, Casa Etnográfica Pe. João de Brito Meneses, em homenagem ao mesmo, pelo empenho na fundação e consolidação do grupo.

Este grupo é sócio fundador da Federação de Folclore Português e foi reconhecido como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em janeiro de 1993. Foi o primeiro grupo a usar trajes tipicamente regionais e variados, confeccionados em lã e linho, servindo de modelo a outros grupos da nossa ilha.

Possui um vastíssimo e variado repertório que engloba modas de balho, rancho de cantores e matança e cantares religiosos da ilha Terceira. Interpreta ainda, no seu cancioneiro, doze modas representativas das outras ilhas do arquipélago. Realizou um importante trabalho de pesquisa e recolha de modas regionais, enriquecendo o cancioneiro terceirense. Promoveu diversas escolas de “viola da terra” onde se formaram tocadores de viola e acompanhantes de violão que integram o grupo e dão o seu contributo a outros grupos e também ministram cursos. Destes, destacam-se Luís Cabral e Carlos Valadão (já falecido), que ensinaram várias gerações de tocadores em diversas freguesias.

Em 1975, o grupo realizou a sua primeira viagem com destino a São Miguel, tendo-se exibido em diversas localidades. Esta viagem coincidiu com a inauguração da emissão da RTP - Açores, cabendo ao grupo a honra de ser o primeiro a apresentar cantares açorianos através daquele meio de comunicação social. Desde então, o grupo conta com 24 deslocações, a saber: Açores (8), Madeira (3), Portugal Continental (6), França (4), Brasil (1), EUA (2) e Suíça (1), contando assim com uma vasta experiência na participação em festivais internacionais.

Em 2006, na comemoração do seu 32.º aniversário, Marta Dias Barcelos, elemento do grupo, publicou um livro com o nome do grupo e descreve a origem, o historial, as deslocações, os trajés, a sede, o cancioneiro e outras abordagens relativas ao folclore e etnografia do grupo.

Já foram gravados 3 LP's, um dos quais em conjunto com ranchos participantes no Festival Mundial de Gannat (1981) e as suas respetivas cassetes. Lança pela primeira vez, um CD em nome próprio em 1991 sob a presidência do Pe. João de Brito e em 2012 grava o seu segundo CD, sendo o seu presidente Carlos Valadão.

Na sua sede, tenta recuperar toda a construção de uma casa típica e do seu envolvimento. É nesta sede que decorrem os ensaios do grupo e diversas ações de caráter cultural, social e recreativo para grupos de turismo ou grupos da ilha que solicitem.

À data dos seus 50 anos, o grupo contou com x presidentes, a saber: Pe. João de Brito Meneses, Paulo Cota, Carlos Valadão, Elias Coelho, Cipriano Nunes, Cláudia Reis, Gilda Coelho, Francisca Caetano e Davide Reis. Atualmente é presidido por João Cota, um dos mais novos elementos do grupo.

A atividade ininterrupta do grupo, único na ilha, é fruto da contribuição preciosa de todos os elementos que por ele já passaram e dos que ainda se mantêm. Desde a sua fundação, apenas três elementos se encontram no ativo ininterruptamente: Maria Alice Dias, Elias Coelho e o Pe. João de Brito Meneses.

Assim e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras e ao fundador Padre João de Brito do Carmo Meneses, assim como à Junta e à Assembleia de Freguesia das Doze Ribeiras.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.»

O Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras foi aprovado por unanimidade. (22/2024/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação a Laura Lourenço Macovei pelos resultados alcançados na prática de Judo, nomeadamente, Campeã Nacional de Cadetes em 2024. Para aprovação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Catarina Gonçalves procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Laura Lourenço Macovei pelos resultados alcançados na prática de Judo.

A atleta Laura Lourenço Macovei nasceu a 27 de maio de 2007 em Angra do Heroísmo. É uma estudante dedicada no 10.º ano do curso Técnico de Desporto na Escola Secundária Vitorino Nemésio. Demonstrando desde cedo uma paixão pelo judo, Laura destaca-se pelo seu talento e compromisso exemplar, tanto nos estudos como na sua prática desportiva.

Deu os primeiros passos na sua jornada desportiva aos 10 anos de idade, iniciando-se no clube “Judo Clube Ramo Grande”. Desde então, demonstrou um compromisso exemplar com a sua prática desportiva e uma determinação inabalável em alcançar os seus objetivos no tatami.

Laura é uma verdadeira inspiração para os seus colegas e para a comunidade desportiva local. O seu talento tornou-se rapidamente evidente quando conquistou a sua primeira medalha de relevo no “Campeonato Nacional de Juvenis” onde alcançou o 3.º lugar na sua categoria de peso. Esta conquista marcou o início de uma série de sucessos notáveis na sua carreira desportiva.

Numa demonstração do seu crescimento e evolução contínua, conquistou o 3.º lugar no “Campeonato Nacional de Cadetes” na categoria de -57 quilogramas, demonstrando a sua habilidade e determinação em competições de nível nacional.

A sua determinação e habilidade no tatami foram igualmente reconhecidas a nível internacional, destacando-se com o 2.º lugar na “Copa de Espanha A Cadete Don Benito” e o 3.º lugar na “Super Copa de Espanha de Vigo”. Estas conquistas reforçaram a sua reputação como uma judoca talentosa e competitiva em competições internacionais.

Laura Macovei continuou a sua ascensão no cenário europeu com uma impressionante performance na “Taça da Europa de Riga” onde alcançou o 5.º lugar na sua categoria de peso. Este resultado destacou a sua capacidade de competir ao mais alto nível e solidificou o seu estatuto como uma das principais judocas da sua categoria.

O ponto alto da sua carreira desportiva até à data foi a sua consagração como Campeã Nacional de Cadetes em 2024, garantindo o seu lugar na seleção nacional e imediatamente convocada para representar Portugal na “Taça da Europa de Fuengirola”. Esta conquista representa o culminar de anos de trabalho árduo, dedicação e compromisso com o desporto e é um testemunho do seu talento excecional e da sua determinação em alcançar o sucesso no judo.

Por todo o percurso apresentado, destacando-se a conquista da medalha de ouro no campeonato Nacional de Cadetes, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), de acordo com os termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, que seja aprovado um Voto de Congratulação à atleta Laura Lourenço Macovei. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e ao respetivo clube.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.»

O Voto de Congratulação a Laura Macovei foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (23/2024/AMAH).

2.3 – Voto de Congratulação a Luís Godinho pela distinção “Câmara de Ouro” na categoria “Reportagem/Fotojornalismo” pela Federação Europeia de Fotógrafos (FEF). Para aprovação por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Rogério Sousa procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Luís Godinho pela distinção “Câmara de Ouro” na categoria Reportagem/Fotojornalismo.

O grupo municipal do Partido Socialista e o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo congratulam-se com a atribuição do prémio da Federação Europeia de Fotógrafos – “Câmara de Ouro” pela segunda vez consecutiva ao fotógrafo angrense Luís Godinho.

Os prémios FEP foram criados em 2015 com o objetivo de promover internacionalmente o trabalho dos fotógrafos europeus, ao mesmo tempo que contribuem para o justo reconhecimento de profissionais que trabalham com elevados níveis de qualidade e profissionalismo.

A Federação Europeia de Fotógrafos é uma organização internacional sem fins lucrativos, criada em 1999, que representa mais de 50 000 profissionais do setor da fotografia em mais de 20 países europeus e colaboradores espalhados por todo o país.

Luís Godinho nasceu em Angra do Heroísmo em 1983. Licenciado em Engenharia e Gestão Ambiente pela Universidade dos Açores, acabou por se dedicar a tempo inteiro à fotografia a partir de 2017, ano em que ganhou o 1.º Lugar do Sony World Photography Award Portugal.

Desde então, Luís Godinho tem sido destacado e premiado em muitos e variados concursos, dos quais se destacam como exemplos: 2018 – 3 fotografias e medalha de prata, levando o 1.º lugar para Portugal, no Top 10 Black and White Photo Contest da One Eyeland; 2019 – Câmara de Prata Prémios FEP na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo”; 1.º Lugar na categoria “Documentário” da ASPA – Alghero Street Photography Awards; 3.º Lugar na categoria “Desporto” da POY – Photography of the Year; Bronze na categoria “People/Lifestyle” e Prata na categoria “Editorial/Photo Essay” da Tokyo International Photography Awards; 2020 – Câmara de Bronze dos Prémios FEP na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo”; 2021 – Câmara de Prata Prémios FEP na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo”; 3.º Lugar na categoria de “Fotojornalismo” e 2.º Lugar na categoria “Retratos” do Monovisions Photography Awards; 2022 – Câmara de Ouro Prémios FEP na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo”.

Através do seu trabalho fotográfico de excelência, Luís Godinho leva o nome dos Açores, da ilha Terceira e da cidade que o viu nascer, Angra do Heroísmo, a todos os cantos do mundo da fotografia.

Como tal, o grupo municipal do Partido Socialista e o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação por esta distinção consecutiva a um dos mais reconhecidos e internacionais fotógrafos açorianos natural da cidade de Angra do Heroísmo.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao congratulado.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

O Voto de Congratulação a Luís Godinho foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (24/2024/AMAH).

2.4 – Voto de Congratulação pelos 50 anos sacerdotais do Cónego Francisco Dolores. Para aprovação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Maqda Ávila procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 50 anos sacerdotais do Cónego Francisco Dolores.

Assinala-se neste mês de abril os 50 anos de Sacerdócio do Padre Francisco Dolores. É meio século de vocação ativa ao serviço de um povo com o espírito peregrino, benevolente e irreverente que o torna numa referência de serviço público ou também como recentemente o designaram de um “Padre do Povo”.

Francisco Dolores Monteiro Borges de Medeiros nasceu a 9 de julho de 1949 na freguesia de Santo Espírito na ilha de Santa Maria. Frequentou o Seminário Menor de Ponta Delgada entre 1962 e 1964 e o Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo entre 1964 e 1974 nos cursos de Filosofia e Teologia, tendo sido ordenado a 19 de abril de 1974 pelo Bispo Manuel Afonso de Carvalho.

Após a revolução de abril, o Padre Francisco Dolores foi quem representou a diocese na Primeira Conferência Episcopal.

Foi Vigário Cooperador das Lajes entre julho de 1974 e outubro de 1979, período onde também foi Delegado Diocesano da Juventude para o Concelho da Praia da Vitória e onde promoveu a Marcha da Juventude “Páscoa 1979” com 1200 jovens, tendo feito a marcha entre São Sebastião e a Sé Catedral.

Foi Professor de História, Português e Religião e Moral na Escola Preparatória da Praia da Vitória de 1974 a 1979.

Sensibilizado com os graves danos provocados pelo sismo de 1980, em maio desse mesmo ano, o Padre Francisco Dolores deslocou-se aos E.U.A e ao Canadá, onde criou, com o apoio de várias entidades, comissões de apoio à reconstrução das Paróquias de Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Cinco Ribeiras e também na ilha de São Jorge.

Fundou e dirigiu o mensário “Família” da zona oeste da ilha Terceira de 1981 a 1989, com uma tiragem média de 1200 exemplares e foi administrador da União Gráfica Angrense por 12 anos. Foi diretor do Secretariado das Migrações e do Secretariado da Pastoral Juvenil, responsável pelo Secretariado Diocesano da Comunicação Social, redator do Jornal “A União” e Chefe de Redação do mesmo jornal entre 1995 e setembro de 2001.

Foi Chefe do projeto “In-Forma” de Prevenção Primária da Toxicodependência entre 1991 e 1993, sendo também fundador dos Escuteiros da Sé.

A 11 de fevereiro de 2015, o Padre Francisco Dolores foi elevado à dignidade de Cónego, passando a integrar o Cabido da Sé de Angra e a fazer parte do Colégio de Consultores do Bispo Diocesano.

Ao longo destes 50 anos de sacerdócio, foi pároco em grande parte das paróquias da ilha Terceira, nomeadamente: Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Posto Santo, Terra Chã e São Bartolomeu. Foi também pároco e reitor do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, Ouvidor de Angra do Heroísmo e Vigário Judicial da Diocese de Angra.

Hoje Cónego Emérito da Sé de Angra, o Padre Francisco Dolores sempre teve, nas palavras do próprio, “um grande sentido de liberdade, de vigilância e de acutilância”. Talvez por isso criou um estilo próprio que recebeu acolhimento por onde quer que tenha passado e ainda hoje é acarinhado e reconhecido pela comunidade terceirense.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e o grupo municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos de Sacerdócio do Padre Francisco Dolores.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao próprio, à Diocese de Angra e à Junta de Freguesia da Sé.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

O Voto de Congratulação pelos 50 anos sacerdotais do Cónego Francisco Dolores foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (25/2024/AMAH).

2.5 – Voto de Congratulação pelos 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo. Para aprovação.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo.

O Museu de Angra do Heroísmo foi criado a 30 de março de 1949 por iniciativa da Junta Geral do Distrito Autónomo dos Açores, que o tutelou até à sua integração no Governo dos Açores em 1976, tendo tido em Manuel Coelho Baptista de Lima o seu primeiro diretor, função que desempenhou ao longo de 30 anos.

O Museu de Angra do Heroísmo foi primeiramente instalado no Palácio Bettencourt, espaço que partilhou com o Arquivo Distrital de Angra entre 1951 e 1969, ano em que foi transferido para o atual edifício sito ao Convento de São Francisco.

O Convento de São Francisco foi gravemente danificado pelo sismo de 1 de janeiro de 1980, pelo que foi alvo de obras de consolidação, restauro e adaptação das funcionalidades do espaço museológico ao longo da década de 1990. Foi inaugurado em novembro de 1997, mas só em setembro de 2000 é que o Museu de Angra do Heroísmo reabriu na sua totalidade, com a finalização da exposição permanente “Do Mar à Terra... Uma história do Atlântico”.

O Museu de Angra do Heroísmo é considerado um museu de síntese com um acervo de enorme riqueza e variedade onde se procura um equilíbrio de reflexão sobre a História, com os seus factos, movimentos políticos, sociais e económicos e com forte influência do Atlântico, e sobre a cultura nas suas múltiplas formas e sentidos, gerados e modelados por uma existência insular.

Tendo como casa-mãe o Convento de São Francisco, hoje o Museu de Angra do Heroísmo é uma instituição polinucleada, dispersa quanto à temática e à localização. Assim, além do Museu sito ao Convento de São Francisco, são partes integrantes do Museu o Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima situado no Antigo Hospital da Boa Nova e a CARMINA – Galeria de Arte Contemporânea Dimas Simas Lopes na freguesia da Feteira.

No Convento de São Francisco, o Museu de Angra mantém a exposição permanente “Do Mar à Terra... Uma história do Atlântico”, que constitui a principal narrativa desta instituição e que acompanha momentos históricos desde a descoberta e o povoamento dos Açores até à atualidade com natural aprofundamento da História e Cultura da ilha Terceira.

No Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima criado em 2016, consta a Unidade de Gestão de Militar e Armamento numa simbiose com a Fortaleza de São João Baptista, merecendo o destaque de este ser o único museu português não-integrado no Ministério da Defesa subordinado a este tema e onde estão representados os três ramos das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

Na CARMINA, inaugurada em outubro de 2020, é possível explorar exposições temporárias, debates e apresentações de várias expressões artísticas, reflexo de um empenho em aproximar o museu à comunidade que o envolve.

Também são disso reflexo, os projetos desenvolvidos pelo Serviço Educativo do Museu de Angra do Heroísmo, mormente o “Museu Oficina” e o “Museu Educativo”, assim como o valioso contributo de voluntários e o estabelecimento de protocolos com entidades públicas e privadas locais, nacionais e internacionais.

O Museu de Angra é, assim, abrigo onde a História e a Cultura se entrecruzam na divulgação e preservação do património e memória coletiva açoriana e terceirense e é também espaço para a criatividade e liberdade de questionar, debater e confluir num caminho de progresso e de futuro. É, no fundo, um espaço da identidade açoriana e terceirense ao qual importa dar condições para continuar o seu legado.

Nos termos regimentais aplicáveis, o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e o grupo municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 75 anos de atividade do Museu de Angra do Heroísmo.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, ao Diretor do Museu de Angra e seus colaboradores, à Junta de Freguesia da Conceição onde está sediado, assim como às Juntas de Freguesia da Sé e da Feteira.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

O Voto de Congratulação pelos 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo foi aprovado por unanimidade. (26/2024/AMAH).

2.6 – Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe pelos resultados obtidos nos campeonatos do mundo em pista coberta VIRTUS no atletismo. Para aprovação por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Arnaldo Teixeira procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

À atleta Ana Filipe pelos resultados obtidos nos campeonatos do mundo em pista coberta VIRTUS no atletismo.

Ana Margarida Filipe nasceu a 28 de Agosto de 1999 e é natural da ilha da Terceira nos Açores. Frequentou a Escola Primária da Vila Nova, tendo-se tornado a primeira atleta de sucesso formada nos Açores em desporto adaptado. Representa o Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, sendo treinada por Ana Paula Costa e residente na freguesia de São Bento já há vários anos.

Após uma carreira como campeã regional em diversas disciplinas e escalões etários, Ana Margarida Filipe tem, desde 2015, representado a região autónoma dos Açores e a Seleção Nacional em diversas competições internacionais. A sua estreia internacional foi no Campeonato do Mundo de Pista Coberta INAS realizado na Rússia, tendo recebido duas medalhas de bronze.

O seu percurso enquanto atleta tem sido notável. Em 2015 foi atleta dos Jogos Paralímpicos Europeus da Juventude na Croácia, tendo ganho uma medalha de ouro em salto em comprimento e uma medalha de prata na categoria de 400 metros barreiras.

Em 2016 venceu a medalha de ouro no salto em altura e nos 400 metros estafetas e foi reconhecida com o prémio Atleta dos Campeonatos no 9.º Campeonato do Mundo INAS de Pista Coberta em Ancona, Itália.

Em 2018 conquistou a medalha de ouro no triplo salto, 60 metros barreiras e salto em altura e a medalha de prata no salto em comprimento no 10.º Campeonato da Europa de Atletismo em Pista Coberta VIRTUS em Nantes, França.

Em 2019 ganhou duas medalhas de ouro – 60 metros barreiras e salto em altura – uma de prata no triplo salto e uma de bronze no salto em comprimento no Campeonato da Europa de Atletismo de Pista Coberta INAS em Istambul na Turquia.

No final de 2019 conquistou quatro medalhas – uma medalha de ouro na disciplina de salto em altura, duas medalhas de prata no triplo salto e nos 100 metros barreiras e uma medalha de bronze no salto em comprimento – no INAS Global Games disputados na Austrália.

Em 2020 venceu dois títulos de campeã mundial no Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Desporto Adaptado que decorreu em finais de fevereiro em Torun na Polónia. Está a preparar-se para os próximos Jogos Paralímpicos em Pequim na China.

O grande destaque da sua, já longa carreira, acontece em 2024 na participação nos Campeonatos do Mundo em Pista Coberta VIRTUS na França, destacando três medalhas de ouro nas seguintes modalidades:

- Medalha de Ouro – 60 metros barreira com a marca de 9.84”, batendo o recorde nacional na modalidade.
- Medalha de Ouro – Triplo Salto em comprimento com a marca de 11.51 metros.
- Medalha de Ouro – Salto em Comprimento com a marca de 5.47 metros.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024 e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe por estes recentes magníficos resultados desportivos alcançados.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à própria, à sua treinadora Paula Costa e à ACM.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

O Voto de Congratulação a Ana Filipe foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (27/2024/AMAH).

2.7 – Voto de Pesar pelo falecimento de Fátima Marília Cabral Santos Dias Simas. Para aprovação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Valdeci Purim procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Fátima Marília Cabral Santos Dias Simas.

A Tininha, como era conhecida, nasceu a 25 de janeiro de 1950. Iniciou o seu percurso profissional em 1970 na área do turismo. Desde nova sempre mostrou ter ideias de vanguarda.

Segundo nota dos Montanheiros, em junho de 1973 este grupo realizou o seu primeiro curso de espeleologia. Uma das primeiras inscrições que registaram, devidamente autorizada pelos pais, foi a de Fátima Marília Cabral Santos Dias.

Terminada a formação, aceitou no mês seguinte o convite para se juntar, com a colega de curso Maria Cecília, a um grupo de cinco expedicionários composto ainda por Américo Luís, Jorge Silva e Leonel Castanha para participar numa aventura difícil e arriscada. Os Montanheiros haviam decidido avançar para a terceira e decisiva exploração espeleológica à Gruta dos Balcões, a segunda maior dos Açores com mais de 4 km de extensão total.

O grupo pernitoou durante oito dias consecutivos em condições difíceis no interior da gruta ligados ao mundo exterior por umas breves palavras transmitidas por uma linha telefónica três vezes ao dia.

Para além do esforço no transporte dos víveres e materiais no interior da gruta, à medida que o grupo progredia e dos trabalhos espeleométricos que tinham de ser realizados, havia o sempre presente desconforto de este ser um ambiente rochoso com uma atmosfera saturada de humidade e passando por longos períodos de escuridão total.

Num momento em que a ditadura perdurava ainda em Portugal, realizar tal façanha demonstrava a determinação e coragem do que foi Fátima Dias.

A partir de 1977 foi uma das vozes da Rádio Clube de Angra onde colaborou como locutora e desempenhando outros ofícios durante mais de três décadas. Fez parte da direção daquela instituição entre 2005 e 2015.

A partir de 1980 fez parte, como atriz, do grupo de teatro Alpendre. Entre os seus trabalhos mais relevantes, estão: “O Pranto da Maria Parda” de Gil Vicente, “A Cantora Careca” de Ionesco (1985), “Jangada” de Romeu Correia (1991), “As Espingardas da Mãe Carrar” de Bertold Brecht (1992), “A Ceia dos Cardeais” de Júlio Dantas (1993), “O Rei Está a Morrer” de Ionesco (1994), “Os Sonhos do Infante” de Álvaro Oliveira (1996), “As Cadeiras” de Ionesco (2003) e “José Matias, Entretém Para 4 Mulheres” de Luísa Costa Gomes (2004).

Outro ponto interessante era a predileção que Fátima Simas tinha por recitais/poemas alusivos à liberdade pois o 25 de abril significou muito para uma mulher que lutava pelos direitos cívicos e humanos.

Dentro do seu constante empenho cívico e político, após o 25 de abril foi deputada em substituição de José Manuel Bettencourt e também secretária da direção da Junta de Freguesia de São Pedro entre 1982 e 1985.

No âmbito profissional, trabalhou como arquivista na BPARAH entre 1978 até à reforma em 2013.

Mulher de coragem e convicções, Fátima Simas ocupou todos os lugares que estavam ao seu alcance para lutar por uma vida melhor para todos.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2024, a aprovação deste Voto de Pesar, devendo ser dado conhecimento do mesmo à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Fátima Marília Cabral Santos Dias Simas foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (28/2024/AMAH).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

3.1 – Voto de Protesto pela postura, atitude e falta de clarividência da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas aquando da sua intervenção no passado dia 11 de abril na ALRAA relativamente à realização do FOLK AZORES. Para votação.

A senhora 2.ª secretária da Mesa, Rita Belo Santos, ausentou-se da sala durante a apresentação, discussão e votação do Voto de Protesto constante do Ponto 3.1 por fazer parte da direção do festival em questão.

A senhora deputada municipal Maria de Fátima Ferreira procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE PROTESTO:

O PS condena a postura, atitude e falta de clarividência da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, doutora Berta Cabral, pela sua intervenção no passado dia 11 de Abril na Assembleia Legislativa Regional relativa à realização do FOLK AZORES.

Com já 40 anos de existência, a Direção Regional da Cultura – Governo dos Açores em 2019, reconhece que *“o FOLK AZORES é uma referência a nível nacional e internacional, o qual integra pela qualidade que tem, os calendários internacionais do CIOFF (Conseil International des Organisations de Festivals de Folklore et d'Arts Traditionnels) e do IOV (International Organization of Folk Art), ONG Culturais Internacionais em Relações Formais de Consulta com a UNESCO, considerado como sendo um dos melhores festivais internacionais do género que se realiza em todo o mundo.”*

Em sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional no passado dia 11 de Abril de 2024, a senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, doutora Berta Cabral, foi questionada pela senhora deputada, doutora Andreia Cardoso, afirmando: *“A Terceira está a ficar para trás.”* Refere: *“Uma das nossas preocupações é a falta de apoio às instituições que desenvolvem eventos de cariz nacional e internacional como, por exemplo, o FOLK AZORES, uma vez que se debatem com imensas dificuldades nas acessibilidades nos transportes e apoio do Governo Regional”*.

A resposta da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, doutora Berta Cabral, foi: *“Não venha dizer que o FOLK AZORES está com problemas de passagens quando, antes disso, era preciso combater a sazonalidade. Sabem em que altura é o FOLK AZORES? Então fale com eles e passem isto para o inverno.... Isto pode-se fazer dentro de casa e não existe razão nenhuma para fazer em época baixa”*.

Para o grupo municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, estas afirmações são profundamente desadequadas, demonstrando uma falta de conhecimento por um evento de cariz internacional já com 40 anos de existência na ilha Terceira e uma falta de respeito pela natureza e essência original de cada projeto cultural e artístico como é o FOLK AZORES.

Considerando as declarações desrespeitosas da doutora Berta Cabral em relação ao Festival Internacional FOLK AZORES, um evento com quarenta anos de existência e um histórico de sucesso comprovado, entendemos que é imperativo manifestar o nosso descontentamento e indignação.

Com base no artigo n.º 56 do Regimento da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, vimos formalmente apresentar este Voto de Protesto contra a postura da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, doutora Berta Cabral, em relação ao FOLK AZORES.

É inaceitável para nós, que um evento cultural e turístico de tamanha importância e tradição seja tratado com desdém e falta de consideração por parte das autoridades regionais.

O FOLK AZORES não só enriquece a oferta cultural da ilha Terceira e dos Açores, como contribui significativamente para a promoção do património cultural e para o fortalecimento do turismo na região. Portanto, é fundamental que as instituições públicas apoiem e valorizem iniciativas como esta, em vez de dificultarem ou desvalorizarem o seu papel na comunidade.

Por meio deste Voto de Protesto, expressamos a nossa solidariedade com a Direção do COFIT e com todos os envolvidos no FOLK AZORES, reiterando o nosso compromisso em defender e preservar eventos culturais tão emblemáticos e relevantes para a ilha Terceira.

Exigimos respeito, diálogo e reconhecimento por parte das autoridades competentes a fim de garantir a continuidade e o sucesso do Festival Internacional FOLK AZORES.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, bem como à direção do COFIT.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 24 de abril de 2024.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O Voto de Protesto da bancada municipal do Partido Socialista confunde as declarações proferidas num debate parlamentar com o apoio ou a falta dele ao FOLK AZORES. Num debate parlamentar acalorado a senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas usou uma hipérbole para explicar a incoerência do discurso da bancada do PS que criticava o Governo Regional por causa da sazonalidade, nunca tendo sido capaz de reconhecer a trajetória de sucesso no turismo na ilha Terceira e na região. Nesse mesmo debate, a visada, a senhora deputada Andreia Cardoso, poderia ter recorrido a um protesto mas não o fez, exatamente porque sabia do paradoxo e incoerência que estava a tratar. Não estamos aqui para avaliar o comportamento ou o que faz cada elemento eleito na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao FOLK AZORES, todos aqui concordamos com a pertinência do festival e saudamos todos os voluntários que lhe dão corpo e forma. Todos queremos a continuidade e a valorização do Festival Internacional de Folclore na ilha Terceira. O FOLK AZORES é um bom exemplo de um projeto cultural que tem vindo a crescer e a amadurecer, a procurar várias fontes de financiamento e mesmo financiamento próprio para assegurar a sua realização. Ainda no ano passado, ao contrário do que foi anunciado, o Governo Regional apoiou em cerca de 27 mil euros a organização do FOLK AZORES. Ao contrário do que foi noticiado, o Governo Regional recebeu a semana passada em audiência, a direção do COFIT para esta edição de 2024.

O que me parece ser a maior dificuldade para o FOLK AZORES, serão então as acessibilidades e a falta de ligações aéreas para a ilha Terceira no mês de agosto e na época mais alta porque há mais procura do que a oferta disponível face ao *boom* turístico que a ilha Terceira e a região têm tido. Há mais voos hoje do que no passado e ainda assim não são suficientes face à procura. Esperamos que haja um reforço de ligações aéreas entre a Terceira e o exterior e parece que todos aqui concordamos com isso.

Quanto ao FOLK AZORES, e porque parece que há mais informação do que aquela que conhecemos, não nos pronunciaremos a favor nem contra e vamos abster-nos na votação deste ponto, com a certeza porém, que defenderemos sempre a nossa terra e quem nos elegeu numa postura bem diferente da de uma bancada socialista que assume, independentemente dos outros níveis de poder, ser oposição ou posição.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, caros colegas deputados municipais.

Estamos todos de acordo e gosto de ouvir a bancada da Coligação dizer que o FOLK AZORES não é o que está aqui em causa. A senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas esteve mal naquele debate acalorado ao ter desconsiderado de uma forma despiciente aquele que é o festival mais antigo de folclore que temos na ilha Terceira.

Se no ano passado houve dois voos extraordinários por causa do FOLK AZORES, estranha-se que este ano não haja essa vontade nem disponibilidade. Como munícipe angrense e membro desta bancada do Partido Socialista, entendo que o voto e as palavras poderiam ser outras e o que está em cima da mesa é o facto de não haver vontade de resolver um problema de acessibilidades.

Para a bancada da Coligação, é graças ao bom trabalho do Governo dos Açores que temos tanta mobilidade e o turismo a crescer, mas a respeito do FOLK AZORES não se pode dizer algo como «fale com eles – sejam eles lá quem forem – e que passem isso para dentro de casa». Não é essa a ideia do FOLK AZORES, que tem uma identidade de quarenta anos que não foi posta em causa por outros governos, e parece-me mal essa ideia de «se estão mal, mudem para o inverno porque pode fazer-se dentro de casa». Ora, se o festival é feito no verão por ser a única altura do ano em que os jovens e muitos dos elementos dos grupos participantes podem cá vir, então passa-se para outubro e novembro em pleno período de aulas, uma altura do ano em que ninguém pode viajar.

Estas afirmações são uma declaração de morte à distância e parece-me extremamente lamentável qualquer defesa do que foi dito pela senhora Secretária Regional em relação ao FOLK AZORES perante as dificuldades de acessibilidade e mobilidade que facilmente se resolveriam se houvesse vontade da parte da senhora Secretária e do Governo Regional.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – A minha colega deu a resposta desta bancada da Coligação, com a qual sou totalmente solidário. Há aspetos relacionados com este projeto que não são perfeitamente transparentes e não conhecemos de todo, mas há um argumento muito relevante que gostaria de acrescentar para a impossibilidade de mudar datas. Não se pode mudar datas porque os grupos folclóricos oriundos de vários países, normalmente não vêm apenas ao festival FOLK AZORES, aproveitando a sua deslocação para participarem noutros festivais que se realizam nas mesmas datas.

O FOLK AZORES importa, não se pode realizar fora daquelas datas e não é um festival de dentro de portas. Tem o seu percurso e a sua história e marca uma atividade da ilha Terceira

porque, em determinadas alturas, parece haver uma disputa concorrencial para se organizar coisas do género. Se há jazz na Terceira, há de haver também em São Jorge, se há folclore na Terceira, há de haver folclore em São Miguel e se há Espírito Santo na Terceira, há de haver Espírito Santo em São Miguel.

A história marca e o festival folclórico que devia marcar época na região autónoma dos Açores deveria ser o FOLK AZORES. Com estas palavras, quero complementar o que a minha bancada formalmente acabou de referir.

Sra. d. m. Marília Vargas – Já estamos habituados a ouvir a mesma resposta pronta da parte desta governação regional de coligação, que tudo o acontece de mal é culpa do PS e só falta culparem-nos também destas declarações da senhora Secretária Regional do Turismo, Berta Cabral. Acho que estamos a chegar ao ridículo.

Esta situação do FOLK AZORES é mais uma evidência da falta de acessibilidades que temos à ilha Terceira: a diminuição das ligações aéreas para o exterior, a diminuição dos voos da Ryanair, o final dos encaminhamentos gratuitos inter-ilhas e o final da Linha Amarela da Atlânticoline, políticas do Governo Regional que não estão a beneficiar a nossa ilha. Como se isto não bastasse, infelizmente temos também esta postura da senhora Secretária que, claramente, está a deixar a ilha Terceira ao abandono e não está minimamente preocupada.

Tenho pena que há pouco a senhora deputada Luísa Barcelos tenha dito noutro ponto que aqui defendem os interesses da ilha e não os interesses partidários, mas aqui optou claramente por defender os interesses partidários.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Podemos continuar aqui a brincar com palavras mas parece-me que todos concordamos que este Voto de Protesto do PS se prende particularmente com as acessibilidades. Há pessoas sentadas nesta mesa que defenderam o fim da ligação Terceira/Porto e hoje temos mais voos do que no passado, mas não são suficientes face à procura.

Todos aqui defendemos mais ligações aéreas para a ilha Terceira e para o exterior e o Governo Regional já reuniu com o COFIT. O Governo Regional está disponível para reunir com o COFIT, portanto vamos dar tempo e esperar que se entendam nas instâncias próprias. Se quiserem, podemos continuar aqui a jogar com palavras mas, numa postura elevada, o nosso foco aqui deverá ser o projeto da ilha Terceira e para o salvaguardar, parece-me que todos defendemos o reforço das acessibilidades aéreas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Então respondo-lhe elevadamente que aconselhe a senhora Secretária Berta Cabral a não resistir aos pedidos de audiências da direção do COFIT.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O Governo Regional não é uma só tutela, é um conjunto de tutelas. O COFIT já reuniu com o Governo Regional e certamente reunirá novamente as vezes que forem necessárias. Se quer continuar neste pingue-pongue, temos a tarde toda.

Sr. presidente da Mesa – A tarde toda não teremos, senhora deputada.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Só porque fui interpelada, fui efetivamente deputada no período entre 2016 e 2020. Em relação à ligação Terceira/Porto, como saberá porque está

dentro dos meandros, assim como outro colega que não está aqui agora, a defesa dos interesses da Terceira, muitas vezes é feita nos bastidores, exatamente como a senhora referiu. Na altura, a decisão foi tomada com base em factos dados pela gerência da SATA. Tanto foi defendida *a posteriori*, que essa ligação foi retomada. Não sei se a senhora se recorda. Terá muitas justificações a dar é sobre todas as outras que entretanto desapareceram e não foram retomadas.

O Voto de Protesto constante do Ponto 3.1 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor do PS e 16 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (29/2024/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Terminámos a nossa Ordem de Trabalhos. Permitam-me umas simples palavras para, em nome da Mesa da Assembleia, associar-me às manifestações e aos registos dos senhores deputados municipais, do senhor presidente da Câmara e da senhora vereadora relativamente às comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril de 1974. Saúdo naturalmente porque esta é uma data factual e histórica.

Em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia, associo-me também às comemorações que a Câmara Municipal foi desenvolvendo ao longo do ano com a participação da Assembleia Municipal.

Saúdo o 25 de abril de 1974, que vivi, tal como outras pessoas aqui já o afirmaram, e sei bem como era o período anterior a essa data.

É preciso não esquecer que já vivemos mais tempo em liberdade e em democracia do que em ditadura, o que não significa que nos esqueçamos do que aconteceu antes do 25 de abril de 1974.

Quero, naturalmente, saudar e homenagear todos os militares que se envolveram nesta grande vitória da liberdade e da democracia e congratular-me pelo que os cinquenta anos do 25 de abril nos trouxeram. Em primeiro lugar a liberdade e para mim em segundo lugar, a nossa autonomia. Na sequência da autonomia, o poder autárquico que é a âncora e o motor revitalizador da democracia e da liberdade que todos devemos privilegiar, incentivar e, sobretudo, respeitar. É por tudo isto que cada um de nós está hoje aqui presente, pela força e por tudo o que o poder autárquico representa para todos nós.

Termino, citando a poetisa Cecília Meireles: «*Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta. Não há ninguém que a explique e ninguém que não entenda.*»

Aplausos.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Informo que, de acordo com a decisão tomada na reunião de Conferência de Líderes, a próxima sessão da Assembleia Municipal será no dia 19 de junho de 2024. Muito obrigado pela vossa participação, envolvimento e contributos. Desejo-vos um bom 25 de abril e que continuemos a viver em liberdade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h20 min do dia 24 de abril de 2024, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha